

SUMÁRIO

TÍTULO I	
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	
.....	
.....	45
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA	45
1. Introdução	45
2. Homicídio.....	46
2.1. Considerações iniciais.....	47
2.2. Homicídio simples	48
2.2.1. Sujeitos do crime	48
2.2.2. Conduta	49
2.2.3. Voluntariedade.....	50
2.2.4. Consumação e tentativa.....	53
2.3. Privilegiadoras, qualificadoras e majorantes do homicídio doloso...	54
2.3.1. Homicídio privilegiado (caso de diminuição de pena).....	54
2.3.2. Homicídio qualificado.....	57
2.3.3. Homicídio doloso majorado	76
2.4. Homicídio culposo	78
2.4.1. Homicídio culposo majorado...	79
2.5. Perdão judicial	82
2.6. Ação penal	83
2.7. Princípio da especialidade	83
3. Femicídio.....	84
3.1. Considerações iniciais.....	85
3.2. Sujeitos do crime	85
3.3. Conduta	85
3.4. Voluntariedade	91
3.5. Consumação e tentativa	91
3.6. Majorantes de pena	91
3.7. Concurso de pessoas	94
3.8. Ação penal	94
4. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	94
4.1. Considerações iniciais.....	95
4.2. Sujeitos do crime	98
4.3. Conduta	100
4.4. Voluntariedade	104
4.5. Consumação e tentativa	105
4.6. Majorantes de pena	106
4.7. Duelo americano, roleta russa e pacto de morte (ambicídio).....	109
4.8. Testemunhas de Jeová.....	109
4.9. O denominado “Desafio da Baleia Azul”	110
4.10. Ação penal	112
4.11. Princípio da especialidade	112
5. Infanticídio	112
5.1. Considerações iniciais.....	112
5.2. Sujeitos do crime	112
5.3. Conduta	114
5.4. Voluntariedade	115
5.5. Consumação e tentativa	116
5.6. Ação penal	117
6. Aborto.....	117
6.1. Introdução	117
6.2. Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento	119
6.2.1. Considerações iniciais.....	119
6.2.2. Sujeitos do crime.....	119
6.2.3. Conduta	120
6.2.4. Voluntariedade	120
6.2.5. Consumação e tentativa	121
6.2.6. Ação penal.....	121
6.3. Aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante	121
6.3.1. Considerações iniciais.....	122
6.3.2. Sujeitos do crime	122
6.3.3. Conduta	122
6.3.4. Voluntariedade	122
6.3.5. Consumação e tentativa	122
6.3.6. Ação penal.....	123
6.4. Aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante	123
6.4.1. Considerações iniciais.....	123

6.4.2. Sujeitos do crime	123	2.11.2. Lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte majorada pela violência doméstica familiar	152
6.4.3. Conduta	123	2.11.3. Lesão corporal leve no ambiente doméstico e familiar contra pessoa com deficiência	152
6.4.4. Voluntariedade	123	2.12. Lesão corporal contra autoridade ou agente de segurança pública	152
6.4.5. Consumação e tentativa	124	2.13. Lesão corporal contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.....	153
6.4.6. Dissenso presumido	124	2.14. Ação penal	154
6.4.7. Ação penal.....	124	2.15. Princípio da especialidade.....	158
6.5. Aborto majorado pelo resultado ...	124		
6.5.1. Considerações gerais.....	124		
6.6. Aborto legal: exclusão do crime. Ação penal	125		
6.6.1. Considerações gerais.....	126		
6.6.2. Aborto necessário	126		
6.6.3. Aborto sentimental	127		
6.6.4. Aborto do feto anencefálico	130		
CAPÍTULO II – DAS LESÕES CORPORAIS ...	133	CAPÍTULO III – PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	159
1. Introdução	133	1. Introdução	159
2. Lesão corporal.....	133	2. Perigo de contágio venéreo	160
2.1. Considerações iniciais.....	134	2.1. Considerações iniciais.....	160
2.2. Sujeitos do crime	136	2.2. Sujeitos do crime	161
2.3. Conduta	136	2.3. Conduta	161
2.4. Voluntariedade	137	2.4. Voluntariedade	163
2.5. Consumação e tentativa	138	2.5. Consumação e tentativa	164
2.6. Lesão corporal dolosa de natureza leve	138	2.6. Ação penal	165
2.7. Qualificadoras, majorantes de pena e forma privilegiada.....	139	3. Perigo de contágio de moléstia grave.....	165
2.7.1. Lesão corporal de natureza grave	139	3.1. Considerações iniciais.....	166
2.7.2. Lesão corporal de natureza gravíssima.....	141	3.2. Sujeitos do crime	166
2.7.3. Coexistência de qualificadoras	146	3.3. Conduta	166
2.7.4. Lesão corporal seguida de morte.....	146	3.4. Voluntariedade	167
2.7.5. Lesão corporal dolosa privilegiada	147	3.5. Consumação e tentativa	167
2.7.6. Lesão corporal dolosa (ou preterdolosa) majorada.....	147	3.6. Ação penal	168
2.8. Substituição da pena	147	4. Perigo para a vida ou saúde de outrem...	168
2.9. Lesão corporal culposa	148	4.1. Considerações iniciais.....	168
2.9.1. Lesão corporal culposa majorada.....	148	4.2. Sujeitos do crime	169
2.10. Perdão judicial	148	4.3. Conduta	169
2.11. Violência doméstica e familiar.....	149	4.4. Voluntariedade	170
2.11.1. Lesão corporal leve qualificada pela violência doméstica familiar	149	4.5. Consumação e tentativa	171
		4.6. Majorante de pena	171
		4.7. Ação penal	171
		5. Abandono de incapaz	171
		5.1. Considerações iniciais.....	172
		5.2. Sujeitos do crime	172
		5.3. Conduta	172
		5.4. Voluntariedade	173
		5.5. Consumação e tentativa	173

5.6. Qualificadoras e majorantes de pena.....	174	CAPÍTULO IV – DA RIXA.....	195
5.6.1. Qualificadoras.....	174	1. Introdução.....	195
5.6.2. Majorantes de pena.....	174	2. Rixa.....	195
5.7. Ação penal.....	175	2.1. Considerações iniciais.....	195
5.8. Princípio da especialidade.....	175	2.2. Sujeitos do crime.....	196
6. Exposição ou abandono de recém-nascido.....	175	2.3. Conduta.....	196
6.1. Considerações iniciais.....	175	2.4. Voluntariedade.....	197
6.2. Sujeitos do crime.....	176	2.5. Consumação e tentativa.....	198
6.3. Conduta.....	177	2.6. Qualificadora.....	199
6.4. Voluntariedade.....	178	2.7. Ação penal.....	201
6.5. Consumação e tentativa.....	178	2.8. Princípio da especialidade.....	201
6.6. Qualificadoras.....	178	CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A	
6.7. Ação penal.....	178	HONRA.....	201
7. Omissão de socorro.....	178	1. Introdução.....	201
7.1. Considerações iniciais.....	179	2. Calúnia.....	204
7.2. Sujeitos do crime.....	179	2.1. Considerações iniciais.....	204
7.3. Conduta.....	181	2.2. Sujeitos do crime.....	204
7.4. Voluntariedade.....	182	2.3. Conduta.....	206
7.5. Consumação e tentativa.....	183	2.4. Voluntariedade.....	208
7.6. Majorante de pena.....	183	2.5. Consumação e tentativa.....	209
7.7. Ação penal.....	184	2.6. Exceção da verdade.....	209
7.8. Princípio da especialidade.....	184	2.7. Exceção de notoriedade.....	211
8. Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	185	2.8. Ação penal.....	211
8.1. Considerações iniciais.....	186	2.9. Princípio da especialidade.....	211
8.2. Sujeitos do crime.....	186	3. Difamação.....	212
8.3. Conduta.....	187	3.1. Considerações iniciais.....	212
8.4. Voluntariedade.....	188	3.2. Sujeitos do crime.....	212
8.5. Consumação e tentativa.....	188	3.3. Conduta.....	213
8.6. Majorantes.....	188	3.4. Voluntariedade.....	214
8.7. Ação penal.....	188	3.5. Consumação e tentativa.....	214
8.8. Princípio da especialidade.....	189	3.6. Exceção da verdade.....	214
9. Maus-tratos.....	189	3.7. Exceção de notoriedade.....	215
9.1. Considerações iniciais.....	189	3.8. Ação penal.....	215
9.2. Sujeitos do crime.....	190	3.9. Princípio da especialidade.....	215
9.3. Conduta.....	191	4. Injúria.....	216
9.4. Voluntariedade.....	193	4.1. Considerações iniciais.....	216
9.5. Consumação e tentativa.....	193	4.2. Sujeitos do crime.....	216
9.6. Qualificadoras e majorantes de pena.....	194	4.3. Conduta.....	217
9.6.1. Qualificadoras.....	194	4.4. Voluntariedade.....	218
9.6.2. Majorantes de pena.....	194	4.5. Consumação e tentativa.....	219
9.7. Ação penal.....	195	4.6. Exceção da verdade e de notoriedade.....	220
9.8. Princípio da especialidade.....	195	4.7. Provocação. Retorsão (§ 1º).....	220
		4.8. Qualificadoras.....	220
		4.8.1. Injúria real (§ 2º).....	220

4.8.2. Injúria qualificada por pre-conceito (§ 3º)	221	5.1. Considerações iniciais.....	259
4.9. Ação penal	225	5.2. Sujeitos do crime	259
4.10. Princípio da especialidade	225	5.3. Conduta	260
5. Disposições comuns.....	226	5.4. Voluntariedade	264
5.1. Majorantes de pena	226	5.5. Consumação e tentativa	264
5.2. Exclusão do crime	229	5.6. Majorantes	264
5.2.1. Considerações gerais	229	5.7. Ação penal	265
5.3. Retratação.....	235	6. violência psicológica contra a mulher.....	266
5.3.1. Considerações gerais	235	6.1. Considerações iniciais.....	266
5.4. Pedido de explicações	236	6.2. Sujeitos do crime	267
5.4.1. Considerações gerais	236	6.3. Conduta	268
5.5. Ação penal	237	6.4. Voluntariedade	270
5.5.1. Considerações gerais	237	6.5. Consumação e tentativa	271
CAPÍTULO VI – CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL.....	239	6.6. Standard probatório	271
SEÇÃO I – CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL.....	239	6.7. Conflito aparente de normas.....	271
1. Introdução	239	6.8. Ação penal	273
2. Constrangimento ilegal.....	240	7. Sequestro e cárcere privado	273
2.1. Considerações iniciais.....	240	7.1. Considerações iniciais.....	274
2.2. Sujeitos do crime	241	7.2. Sujeitos do crime	274
2.3. Conduta	241	7.3. Conduta	275
2.4. Voluntariedade	243	7.4. Voluntariedade	276
2.5. Consumação e tentativa	243	7.5. Consumação e tentativa	276
2.6. Majorante de pena e cúmulo material.....	243	7.6. Qualificadoras.....	277
2.7. Exclusão do crime	244	7.7. Ação penal	279
2.8. Ação penal	245	7.8. Princípio da especialidade	279
2.9. Princípio da especialidade	245	8. Redução a condição análoga à de escravo	279
3. Intimidação sistemática (<i>bullying</i>)	246	8.1. Considerações iniciais.....	280
3.1. Considerações iniciais.....	246	8.2. Sujeitos do crime	281
3.2. Sujeitos do crime	248	8.3. Conduta	282
3.3. Conduta	248	8.4. Voluntariedade	283
3.4. Voluntariedade	250	8.5. Consumação e tentativa	284
3.5. Consumação e tentativa	251	8.6. Majorante de pena	284
3.6. Ação penal	251	8.7. Ação penal	284
4. Ameaça	251	9. Tráfico de pessoas.....	284
4.1. Considerações iniciais.....	251	9.1. Considerações iniciais.....	285
4.2. Sujeitos do crime	252	9.2. Sujeitos do crime	286
4.3. Conduta	252	9.3. Conduta	287
4.4. Voluntariedade	254	9.4. Voluntariedade	290
4.5. Consumação e tentativa	256	9.5. Consumação e tentativa	294
4.6. Majorante de pena	256	9.6. Majorantes da pena.....	295
4.7. Ação penal	257	9.7. Minorante da pena	297
4.8. Princípio da especialidade	258	9.8. Ação penal	298
5. Perseguição.....	258	9.9. Prescrição	298
		SEÇÃO II – CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO	298
		1. Introdução	298

2. Violação de domicílio.....	299	5.2. Sujeitos do delito.....	319
2.1. Considerações iniciais.....	299	5.3. Conduta.....	319
2.2. Sujeitos do crime.....	300	5.4. Voluntariedade.....	320
2.3. Conduta.....	301	5.5. Consumação e tentativa.....	320
2.4. Voluntariedade.....	301	5.6. Ação penal.....	320
2.5. Consumação e tentativa.....	301		
2.6. Qualificadoras e majorantes de pena.....	302	SEÇÃO IV – DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DOS SEGREDOS.....	320
2.6.1. Qualificadoras.....	302	1. Introdução.....	320
2.6.2. Majorantes de pena.....	303	2. Divulgação de segredo.....	320
2.7. Exclusão do crime.....	303	2.1. Considerações iniciais.....	321
2.8. Casa: conceito.....	304	2.2. Sujeitos do delito.....	321
2.9. Ação penal.....	308	2.3. Conduta.....	321
2.10. Princípio da especialidade.....	308	2.4. Voluntariedade.....	322
		2.5. Consumação e tentativa.....	322
SEÇÃO III – DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA.....	308	2.6. Divulgação de informações sigi- losas da Administração Pública (§ 1º-A).....	323
1. Introdução.....	308	2.7. Ação penal.....	323
2. Violação de correspondência.....	309	2.8. Princípio da especialidade.....	324
2.1. Revogação do caput do art. 151 do CP.....	309	3. Violação de segredo profissional.....	324
2.2. Considerações iniciais.....	309	3.1. Considerações iniciais.....	324
2.3. Sujeitos do delito.....	310	3.2. Sujeitos do delito.....	324
2.4. Conduta.....	311	3.3. Conduta.....	325
2.5. Voluntariedade.....	313	3.4. Voluntariedade.....	326
2.6. Consumação e tentativa.....	313	3.5. Consumação e tentativa.....	326
3. Sonegação ou destruição de correspon- dência.....	313	3.6. Ação penal.....	327
3.1. Considerações gerais.....	313	3.7. Princípio da especialidade.....	327
4. Violação de comunicação telegráfica, ra- dioelétrica ou telefônica.....	314	4. Invasão de dispositivo informático.....	327
4.1. Considerações gerais (§ 1º, II).....	315	4.1. Considerações iniciais.....	327
4.2. Impedimento de comunicação telegráfica ou radioelétrica ou conversação (§ 1º, III).....	316	4.2. Sujeitos do delito.....	329
4.3. Instalação ou utilização de esta- ção ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal (§ 1º, IV).....	317	4.3. Conduta.....	330
4.4. Qualificadora e majorante de pena.....	317	4.4. Voluntariedade.....	333
4.4.1. Majorante de pena.....	317	4.5. Consumação e tentativa.....	333
4.4.2. Qualificadora.....	317	4.6. Qualificadora.....	333
4.5. Ação penal.....	317	4.7. Majorantes.....	334
4.6. Princípio da especialidade.....	318	4.8. Ação penal.....	334
5. Correspondência comercial.....	318	4.9. Princípio da especialidade.....	334
5.1. Considerações iniciais.....	318	5. Ação penal.....	335
		TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	337
		CAPÍTULO I – DO FURTO.....	337
		1. Furto.....	337
		1.1. Considerações iniciais.....	338
		1.2. Sujeitos do crime.....	338

1.3. Conduta	339	2.6.1. Majorantes de pena	400
1.4. Voluntariedade	341	2.6.2. Qualificadoras.....	401
1.5. Consumação e tentativa	342	2.7. Ação penal	404
1.6. Qualificadoras, majorante de pena, forma privilegiada e cláusula de equiparação	345	2.8. Princípio da especialidade	404
1.6.1. Majorante: repouso noturno (§ 1º).....	345	3. Extorsão mediante sequestro	405
1.6.2. Furto privilegiado ou mínimo (§ 2º).....	347	3.1. Considerações iniciais.....	405
1.6.3. Cláusula de equiparação (§ 3º).....	349	3.2. Sujeitos do crime	405
1.6.4. Qualificadoras (§§ 4º, 4º-A, 4º-B, 5º, 6º e 7º).....	353	3.3. Conduta	406
1.7. Ação penal	370	3.4. Voluntariedade	406
1.8. Princípio da especialidade	370	3.5. Consumação e tentativa	406
2. Furto de coisa comum	370	3.6. Qualificadoras e minorante de pena.....	407
2.1. Considerações iniciais.....	370	3.6.1. Qualificadoras.....	407
2.2. Sujeitos do crime	371	3.6.2. Delação premiada: causa especial de redução de pena.....	408
2.3. Conduta	371	3.7. Ação penal	409
2.4. Voluntariedade	372	3.8. Princípio da especialidade	409
2.5. Consumação e tentativa	372	4. Extorsão indireta.....	409
2.6. Ação penal	372	4.1. Considerações iniciais.....	409
CAPÍTULO II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO	372	4.2. Sujeitos do crime	410
1. Roubo.....	372	4.3. Conduta	410
1.1. Considerações iniciais.....	373	4.4. Voluntariedade	411
1.2. Sujeitos do crime	374	4.5. Consumação e tentativa	411
1.3. Conduta	374	4.6. Ação penal	412
1.4. Voluntariedade	378	4.7. Princípio da especialidade.....	412
1.5. Consumação e tentativa	379	CAPÍTULO III – DA USURPAÇÃO	412
1.6. Majorantes de pena e qualificadoras	381	1. Alteração de limites	412
1.6.1. Majorantes de pena (§ 2º, § 2º-A e § 2º-B).....	381	1.1. Considerações iniciais.....	412
1.6.2. Roubo qualificado pelo resultado (§ 3º).....	390	1.2. Sujeitos do crime	413
1.7. Ação penal	396	1.3. Conduta	413
1.8. Princípio da especialidade	396	1.4. Voluntariedade	414
2. Extorsão	396	1.5. Consumação e tentativa	414
2.1. Considerações iniciais.....	396	2. Usurpação de águas.....	414
2.2. Sujeitos do crime	397	2.1. Sujeitos do crime	415
2.3. Conduta	397	2.2. Conduta	415
2.4. Voluntariedade	399	2.3. Voluntariedade	415
2.5. Consumação e tentativa	399	2.4. Consumação e tentativa	415
2.6. Majorantes de pena e Qualificadoras	400	3. Esbulho possessório	416
		3.1. Sujeitos do crime	416
		3.2. Conduta	416
		3.3. Voluntariedade	418
		3.4. Consumação e tentativa	419
		4. Concurso material.....	419
		5. Ação penal	420
		6. Princípio da especialidade	420

7. Supressão ou alteração de marca em animais.....	420	3. Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	432
7.1. Considerações iniciais.....	420	3.1. Considerações gerais.....	433
7.2. Sujeitos do crime.....	420	4. Alteração de local especialmente protegido.....	433
7.3. Conduta.....	421	4.1. Considerações gerais.....	433
7.4. Voluntariedade.....	421	5. Ação penal.....	433
7.5. Consumação e tentativa.....	422	5.1. Considerações gerais.....	433
7.6. Ação penal.....	422		
7.7. Princípio da especialidade.....	422		
CAPÍTULO IV – DO DANO.....	422	CAPÍTULO V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA.....	434
1. Dano.....	422	1. Apropriação indébita.....	434
1.1. Considerações iniciais.....	423	1.1. Considerações iniciais.....	434
1.2. Sujeitos do crime.....	423	1.2. Sujeitos do crime.....	435
1.3. Conduta.....	423	1.3. Conduta.....	435
1.4. Voluntariedade.....	425	1.4. Voluntariedade.....	437
1.5. Consumação e tentativa.....	426	1.5. Consumação e tentativa.....	437
1.6. Qualificadoras (parágrafo único) ...	426	1.6. Majorantes de pena.....	438
1.6.1. Se o crime é praticado com violência à pessoa ou grave ameaça (inciso I).....	426	1.6.1. Se o agente recebeu a coisa em depósito necessário.....	438
1.6.2. Se o crime é praticado com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave (inciso II).....	427	1.6.2. Em razão da qualidade pessoal do agente.....	439
1.6.3. Se o crime é praticado contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos (inciso III).....	427	1.6.3. Em razão de cargo, ofício, emprego ou profissão.....	439
1.6.4. Se o crime é praticado por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima (inciso IV).....	430	1.7. Ação penal.....	439
1.7. Ação penal.....	430	1.8. Princípio da especialidade.....	439
1.8. Princípio da especialidade.....	430	2. Apropriação indébita previdenciária.....	440
2. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	430	2.1. Considerações iniciais.....	441
2.1. Considerações iniciais.....	431	2.2. Sujeitos do crime.....	442
2.2. Sujeitos do crime.....	431	2.3. Conduta.....	442
2.3. Conduta.....	431	2.4. Voluntariedade.....	444
2.4. Voluntariedade.....	432	2.5. Consumação e tentativa.....	444
2.5. Consumação e tentativa.....	432	2.6. Formas assemelhadas.....	446
2.6. Ação penal.....	432	2.7. Extinção da punibilidade.....	447
		2.8. Perdão judicial e privilégio.....	450
		2.9. Ação penal.....	452
		3. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.....	452
		3.1. Considerações iniciais.....	453
		3.2. Sujeitos do crime.....	453
		3.3. Conduta.....	453
		3.4. Voluntariedade.....	455
		3.5. Consumação e tentativa.....	455
		4. Apropriação de tesouro.....	455
		4.1. Considerações iniciais.....	455
		4.2. Sujeitos do crime.....	455
		4.3. Conduta.....	456

4.4. Voluntariedade	456	11.1. Considerações iniciais.....	489
4.5. Consumação e tentativa	456	11.2. Sujeitos do crime	490
5. Apropriação de coisa achada.....	456	11.3. Conduta	490
5.1. Considerações iniciais.....	456	11.4. Voluntariedade	498
5.2. Sujeitos do crime	457	11.5. Consumação e tentativa	498
5.3. Conduta	457	11.6. Ação penal	498
5.4. Voluntariedade	458	12. Duplicata simulada	498
5.5. Consumação e tentativa	458	12.1. Considerações iniciais.....	498
6. Ação penal	458	12.2. Sujeitos do crime	499
7. Princípio da especialidade	458	12.3. Conduta	499
8. Apropriação indébita privilegiada	458	12.4. Voluntariedade	500
8.1. Considerações gerais	459	12.5. Consumação e tentativa	501
CAPÍTULO VI – DO ESTELIONATO E		12.6. Forma equiparada	501
OUTRAS FRAUDES		12.7. Ação penal	502
459		13. Abuso de incapazes	502
1. Estelionato	459	13.1. Considerações iniciais.....	502
1.1. Considerações iniciais.....	459	13.2. Sujeitos do crime	502
1.2. Sujeitos do crime	460	13.3. Conduta	504
1.3. Conduta	462	13.4. Voluntariedade	505
1.4. Voluntariedade	467	13.5. Consumação e tentativa	505
1.5. Consumação e tentativa	467	13.6. Ação penal	505
2. Disposição de coisa alheia como própria	471	13.7. Princípio da especialidade	505
2.1. Considerações gerais	471	14. Induzimento à especulação	506
3. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	472	14.1. Considerações iniciais.....	506
3.1. Considerações gerais	472	14.2. Sujeitos do crime	506
4. Defraudação de penhor.....	473	14.3. Conduta	507
4.1. Considerações gerais	473	14.4. Voluntariedade	508
5. Fraude na entrega de coisa.....	474	14.5. Consumação e tentativa	508
5.1. Considerações gerais	474	14.6. Ação penal	509
6. Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	474	15. Fraude no comércio.....	509
6.1. Considerações gerais	474	15.1. Considerações iniciais.....	509
7. Fraude no pagamento por meio de cheque	475	15.2. Sujeitos do crime	510
7.1. Considerações gerais	475	15.3. Conduta	511
8. Forma privilegiada, qualificadora e majorantes de pena	477	15.3.1. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada....	511
8.1. Forma Privilegiada	478	15.3.2. Entregando uma mercadoria por outra	511
8.2. Qualificadora	479	15.4. Voluntariedade	512
8.3. Majorantes de pena	481	15.5. Consumação e tentativa	512
8.3.1. Estelionato Previdenciário...	483	15.6. Qualificadora e forma privilegiada	512
9. Ação penal	485	15.6.1. Qualificadora	512
10. Princípio da especialidade	489	15.6.2. Forma privilegiada.....	513
11. Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros.....	489	15.7. Ação penal	513
		16. Outras fraudes	513
		16.1. Considerações iniciais.....	513
		16.2. Sujeitos do crime	514

16.3. Conduta	514	1.7. Receptação culposa	543
16.3.1. Tomar refeição em restau- rante	514	1.8. Independência típica	543
16.3.2. Alojarse em hotel	514	1.9. Ação penal	544
16.3.3. Utilizar-se de meio de trans- porte	515	1.10. Princípio da especialidade	544
16.4. Voluntariedade	516	2. Receptação de Animal	544
16.5. Consumação e tentativa	516	2.1. Considerações iniciais	544
16.6. Ação penal	517	2.2. Sujeitos do crime	545
17. Fraudes e abusos na fundação ou admi- nistração de sociedade por ações.....	517	2.3. Conduta	546
17.1. Considerações iniciais.....	518	2.4. Voluntariedade	546
17.2. Sujeitos do crime	518	2.5. Consumação e tentativa	547
17.3. Conduta	519	2.6. Ação penal	547
17.4. Voluntariedade	519	CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	547
17.5. Consumação e tentativa	520	1. Escusa absolutória	547
17.6. Figuras equiparadas.....	520	1.1. Considerações gerais	547
17.7. Conduta fraudulenta de acionista .	525	1.1.1. Do cônjuge, na constância da sociedade conjugal	548
17.8. Ação penal	526	1.1.2. De ascendente ou descen- dente, seja o parentesco le- gítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural	549
18. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant	526	2. Escusa relativa.....	550
18.1. Considerações iniciais.....	526	2.1. Considerações gerais	550
18.2. Sujeitos do crime	526	2.2.1. Do cônjuge desquitado ou judicialmente separado.....	550
18.3. Conduta	526	2.2.2. De irmão, legítimo ou ilegí- timo	550
18.4. Voluntariedade	527	2.2.3. De tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.....	550
18.5. Consumação e tentativa	527	3. Inaplicabilidade das escusas	551
18.6. Ação penal	527	3.1. Considerações gerais	551
19. Fraude à execução	527	4. Majorante de pena	553
19.1. Considerações iniciais.....	528	TÍTULO III	
19.2. Sujeitos do crime	528	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE	
19.3. Conduta	528	IMATERIAL	557
19.4. Voluntariedade	530	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A	
19.5. Consumação e tentativa	530	PROPRIEDADE INTELECTUAL	557
19.6. Ação penal	530	1. Violação de direito autoral	557
CAPÍTULO VII – DA RECEPÇÃO	530	1.1. Considerações iniciais.....	557
1. Receptação	530	1.2. Sujeitos do crime	558
1.1. Considerações iniciais.....	531	1.3. Conduta	558
1.2. Sujeitos do crime	532	1.4. Voluntariedade	559
1.3. Conduta	532	1.5. Consumação e tentativa	560
1.4. Voluntariedade	536	1.6. Qualificadoras.....	560
1.5. Consumação e tentativa	536	1.7. Exclusão da tipicidade	563
1.6. Qualificadora, majorante e mino- rante de pena	537		
1.6.1. Qualificadora	537		
1.6.2. Perdão judicial e minorante	542		
1.6.3. Majorante.....	542		

1.8. Ação penal	564	3.3. Conduta	575
1.9. Princípio da especialidade	564	3.4. Voluntariedade	576
2. Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	565	3.5. Consumação e tentativa	576
3. Ação penal	565	3.6. Ação penal	576
3.1. Considerações gerais	565	4. Atentado contra a liberdade de associação	576
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	566	4.1. Considerações iniciais	576
1. Violação de privilégio de invenção	566	4.2. Sujeitos do crime	577
2. Falsa atribuição de privilégio	566	4.3. Conduta	577
3. Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado	567	4.4. Voluntariedade	577
4. Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho	567	4.5. Consumação e tentativa	577
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	567	4.6. Ação penal	577
1. Violação do direito de marca	567	5. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	578
2. Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos	568	5.1. Considerações iniciais	578
3. Marca com falsa indicação de procedência	568	5.2. Sujeitos do crime	578
CAPÍTULO IV – DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	568	5.3. Conduta	579
1. Concorrência desleal	568	5.4. Voluntariedade	580
TÍTULO IV		5.5. Consumação e tentativa	580
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	571	5.6. Ação penal	580
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	571	6. Paralisação de trabalho de interesse coletivo	580
1. Introdução	571	6.1. Considerações iniciais	580
2. Atentado contra a liberdade de trabalho	572	6.2. Sujeitos do crime	581
2.1. Considerações iniciais	572	6.3. Conduta	581
2.2. Sujeitos do crime	572	6.4. Voluntariedade	582
2.3. Conduta	573	6.5. Consumação e tentativa	582
2.4. Voluntariedade	574	6.6. Ação penal	582
2.5. Consumação e tentativa	574	7. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	582
2.6. Ação penal	574	7.1. Considerações iniciais	582
3. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	574	7.2. Sujeitos do crime	582
3.1. Considerações iniciais	574	7.3. Conduta	583
3.2. Sujeitos do crime	575	7.4. Voluntariedade	583
		7.5. Consumação e tentativa	583
		7.6. Ação penal	584
		8. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	584
		8.1. Considerações iniciais	584
		8.2. Sujeitos do crime	584
		8.3. Conduta	585
		8.4. Voluntariedade	585
		8.5. Consumação e tentativa	585
		8.6. Majorante de pena	586
		8.7. Ação penal	586
		9. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	586

9.1. Considerações iniciais.....	586	2.7. Ação penal.....	600
9.2. Sujeitos do crime.....	587	2.8. Princípio da especialidade.....	600
9.3. Conduta.....	587		
9.4. Voluntariedade.....	588	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O	
9.5. Consumação e tentativa.....	588	RESPEITO AOS MORTOS.....	601
9.6. Ação penal.....	588	1. Impedimento ou perturbação de ceri-	
10. Exercício de atividade com infração de		mônia funerária.....	601
decisão administrativa.....	588	1.1. Considerações iniciais.....	601
10.1. Considerações iniciais.....	588	1.2. Sujeitos do crime.....	601
10.2. Sujeitos do crime.....	588	1.3. Conduta.....	602
10.3. Conduta.....	588	1.4. Voluntariedade.....	602
10.4. Voluntariedade.....	589	1.5. Consumação e tentativa.....	602
10.5. Consumação e tentativa.....	589	1.6. Majorante de pena.....	603
10.6. Ação penal.....	590	1.7. Ação penal.....	603
11. Aliciamento para o fim de emigração.....	590	2. Violação de sepultura.....	603
11.1. Considerações iniciais.....	590	2.1. Considerações iniciais.....	603
11.2. Sujeitos do crime.....	590	2.2. Sujeitos do crime.....	603
11.3. Conduta.....	590	2.3. Conduta.....	603
11.4. Voluntariedade.....	591	2.4. Voluntariedade.....	604
11.5. Consumação e tentativa.....	591	2.5. Consumação e tentativa.....	605
11.6. Ação penal.....	591	2.6. Concurso de crimes.....	605
12. Aliciamento de trabalhadores de um lo-		2.7. Ação penal.....	605
cal para outro do território nacional.....	591	2.8. Princípio da especialidade.....	605
12.1. Considerações iniciais.....	592	3. Destruição, subtração ou ocultação de	
12.2. Sujeitos do crime.....	592	cadáver.....	606
12.3. Conduta.....	592	3.1. Considerações iniciais.....	606
12.4. Voluntariedade.....	593	3.2. Sujeitos do crime.....	606
12.5. Consumação e tentativa.....	593	3.3. Conduta.....	606
12.6. Majorante de pena.....	593	3.4. Voluntariedade.....	607
12.7. Ação penal.....	593	3.5. Consumação e tentativa.....	607
		3.6. Ação penal.....	607
		4. Vilipêndio a cadáver.....	608
		4.1. Considerações iniciais.....	608
		4.2. Sujeitos do crime.....	608
		4.3. Conduta.....	608
		4.4. Voluntariedade.....	609
		4.5. Consumação e tentativa.....	609
		4.6. Ação penal.....	609
		TÍTULO VI	
		DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SE-	
		XUAL.....	611
		1. Considerações gerais.....	611
		CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A	
		LIBERDADE SEXUAL.....	612
		1. Estupro.....	612

1.1. Considerações iniciais.....	612	2. Estupro de vulnerável	640
1.2. Sujeitos do crime	614	2.1. Considerações iniciais.....	640
1.3. Conduta	614	2.2. Sujeitos do crime	643
1.4. Voluntariedade	619	2.3. Conduta	645
1.5. Consumação e tentativa	620	2.4. Voluntariedade	655
1.6. Qualificadoras.....	623	2.5. Consumação e tentativa	655
1.7. Ação penal	623	2.6. Qualificadoras.....	656
1.8. Princípio da especialidade	623	2.7. Ação penal	656
2. Atentado violento ao pudor	623	3. Mediação de menor vulnerável para satisfazer a lascívia de outrem	656
3. Violação sexual mediante fraude	624	3.1. Considerações iniciais.....	656
3.1. Considerações iniciais.....	624	3.2. Sujeitos do crime	656
3.2. Sujeitos do crime	625	3.3. Conduta	657
3.3. Conduta	625	3.4. Voluntariedade	658
3.4. Voluntariedade	626	3.5. Consumação e tentativa	658
3.5. Consumação e tentativa	626	3.6. Ação penal	658
3.6. Ação penal	626	3.7. Princípio da especialidade	658
4. Importunação sexual	627	4. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	659
4.1. Considerações iniciais.....	627	4.1. Considerações iniciais.....	659
4.2. Sujeitos do crime	627	4.2. Sujeitos do crime	659
4.3. Conduta	627	4.3. Conduta	659
4.4. Voluntariedade	632	4.4. Voluntariedade	661
4.5. Consumação e tentativa	632	4.5. Consumação e tentativa	661
4.6. Ação penal	632	4.6. Ação penal	661
5. Atentado ao pudor mediante fraude.....	632	5. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	661
6. Assédio sexual.....	633	5.1. Considerações iniciais.....	662
6.1. Considerações iniciais.....	633	5.2. Sujeitos do crime	663
6.2. Sujeitos do crime	633	5.3. Conduta	664
6.3. Conduta	634	5.4. Voluntariedade	669
6.4. Voluntariedade	635	5.5. Consumação e tentativa	670
6.5. Consumação e tentativa	635	5.6. Ação penal	670
6.6. Majorante de pena	636	6. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	670
6.7. Ação penal	636	6.1. Considerações iniciais.....	671

CAPÍTULO I-A – DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL..... 637

1. Registro não autorizado da intimidade sexual	637
1.1. Considerações iniciais.....	637
1.2. Sujeitos do crime	637
1.3. Conduta	638
1.4. Voluntariedade	639
1.5. Consumação e tentativa	639
1.6. Ação penal	639
1.7. Princípio da especialidade	639

CAPÍTULO II – DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL 640

1. Sedução	640
------------------	-----

CAPÍTULO III – DO RAPTO 677

1. Rapto violento ou mediante fraude.....	677
-------------------------------------------	-----

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS	678	6. Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	700
1. Formas qualificadas	678	7. Disposições Finais	701
2. Presunção de violência	678	8. Promoção de migração ilegal.....	701
3. Ação penal	678	8.1. Considerações iniciais.....	701
3.1. Considerações gerais	678	8.2. Sujeitos	702
4. Aumento de pena	683	8.3. Conduta	702
4.1. Considerações gerais	684	8.4. Voluntariedade	704
CAPÍTULO V – DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	688	8.5. Consumação e tentativa	705
1. Mediação para servir a lascívia de outrem	688	8.6. Majorantes de pena	705
1.1. Considerações iniciais.....	688	8.7. Ação penal	705
1.2. Sujeitos do crime	688	CAPÍTULO VI – DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	706
1.3. Conduta	689	1. Introdução	706
1.4. Voluntariedade	689	2. Ato obsceno	706
1.5. Consumação e tentativa	689	2.1. Considerações iniciais.....	706
1.6. Qualificadoras.....	689	2.2. Sujeitos do crime	706
1.7. Pena de multa.....	690	2.3. Conduta	706
1.8. Ação penal	690	2.4. Voluntariedade	708
1.9. Princípio da especialidade	691	2.5. Consumação e tentativa	708
2. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	691	2.6. Ação penal	708
2.1. Considerações iniciais.....	691	3. Escrito ou objeto obsceno	708
2.2. Sujeitos do crime	692	3.1. Considerações iniciais.....	709
2.3. Conduta	693	3.2. Sujeitos do crime	709
2.4. Voluntariedade	693	3.3. Conduta	709
2.5. Consumação e tentativa	693	3.4. Voluntariedade	709
2.6. Ação penal	693	3.5. Consumação e tentativa	710
3. Estabelecimento para exploração sexual	693	3.6. Figuras equiparadas.....	710
3.1. Considerações iniciais.....	694	3.7. Princípio da especialidade	711
3.2. Sujeitos do crime	695	3.8. Ação penal	713
3.3. Conduta	695	CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS	713
3.4. Voluntariedade	696	1. Aumento de pena	713
3.5. Consumação e tentativa	697	1.1. Considerações gerais	713
3.6. Ação penal	697	2. Segredo de justiça.....	716
4. Rufianismo.....	697	2.1. Considerações gerais	717
4.1. Considerações iniciais.....	698	3. Exploração sexual x Violência sexual	717
4.2. Sujeitos do crime	698	3.1. Razões do veto.....	717
4.3. Conduta	699	TÍTULO VII	
4.4. Voluntariedade	699	DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	719
4.5. Consumação e tentativa	699	CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	719
4.6. Ação penal	700	1. Bigamia	719
5. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	700	1.1. Considerações iniciais.....	719
		1.2. Sujeitos do crime	719

1.3. Conduta	720	2.1. Considerações iniciais.....	734
1.4. Voluntariedade	724	2.2. Sujeitos do crime	734
1.5. Consumação e tentativa	724	2.3. Conduta	734
1.6. Ação penal	724	2.4. Voluntariedade	735
2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	725	2.5. Consumação e tentativa	736
2.1. Considerações iniciais.....	725	2.6. Figura privilegiada, perdão judicial e prescrição	736
2.2. Sujeitos do crime	725	2.7. Ação penal	736
2.3. Conduta	725	3. Sonegação de estado de filiação.....	736
2.4. Voluntariedade	726	3.1. Considerações iniciais.....	736
2.5. Consumação e tentativa	726	3.2. Sujeitos do crime	737
2.6. Ação penal	727	3.3. Conduta	737
3. Conhecimento prévio de impedimento...	727	3.4. Voluntariedade	738
3.1. Considerações iniciais.....	727	3.5. Consumação e tentativa	738
3.2. Sujeitos do crime	727	3.6. Ação penal	738
3.3. Conduta	727		
3.4. Voluntariedade	727	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A	
3.5. Consumação e tentativa	728	ASSISTÊNCIA FAMILIAR.....	739
3.6. Ação penal	728	1. Introdução	739
4. Simulação de autoridade para celebração de casamento.....	728	2. Abandono material.....	739
4.1. Considerações iniciais.....	728	2.1. Considerações iniciais.....	739
4.2. Sujeitos do crime	729	2.2. Sujeitos do crime	740
4.3. Conduta	729	2.3. Conduta	740
4.4. Voluntariedade	730	2.4. Voluntariedade	743
4.5. Consumação e tentativa	730	2.5. Consumação e tentativa	743
4.6. Ação penal	730	2.6. Ação penal	744
5. Simulação de casamento	730	2.7. Princípio da especialidade	744
5.1. Considerações iniciais.....	730	3. Entrega de filho menor a pessoa inidô- nea	744
5.2. Sujeitos do crime	730	3.1. Considerações iniciais.....	744
5.3. Conduta	731	3.2. Sujeitos do crime	745
5.4. Voluntariedade	731	3.3. Conduta	745
5.5. Consumação e tentativa	731	3.4. Voluntariedade	745
5.6. Ação penal	731	3.5. Consumação e tentativa	746
6. Adultério	732	3.6. Qualificadoras.....	747
		3.7. Ação penal	747
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O		4. Abandono intelectual	747
ESTADO DE FILIAÇÃO.....	732	4.1. Considerações iniciais.....	747
1. Registro de nascimento inexistente.....	732	4.2. Sujeitos do crime	748
1.1. Considerações iniciais.....	732	4.3. Conduta	749
1.2. Sujeitos do crime	732	4.4. Voluntariedade	752
1.3. Conduta	733	4.5. Consumação e tentativa	752
1.4. Voluntariedade	733	4.6. Ação penal	752
1.5. Consumação e tentativa	733	5. Abandono moral.....	752
1.6. Ação penal	733	5.1. Considerações iniciais.....	753
2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de re- cém-nascido.....	734	5.2. Sujeitos do crime	753
		5.3. Conduta	753

5.4. Voluntariedade	755	2.4. Voluntariedade	771
5.5. Consumação e tentativa	756	2.5. Consumação e tentativa	771
5.6. Ação penal	756	2.6. Majorantes de pena e formas privilegiada e culposa	771
CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA E CURATELA	756	2.6.1. Forma privilegiada	771
1. Introdução	756	2.6.2. Majorantes de pena	772
2. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	757	2.6.3. Forma culposa	772
2.1. Considerações iniciais	757	2.7. Ação penal	772
2.2. Sujeitos do crime	757	2.8. Princípio da especialidade	772
2.3. Conduta	758	3. Uso de gás tóxico ou asfíxiante	773
2.4. Voluntariedade	759	3.1. Considerações iniciais	773
2.5. Consumação e tentativa	759	3.2. Sujeitos do crime	773
2.6. Ação penal	760	3.3. Conduta	773
3. Subtração de incapazes	760	3.4. Voluntariedade	775
3.1. Considerações iniciais	760	3.5. Consumação e tentativa	775
3.2. Sujeitos do crime	761	3.6. Majorantes de pena e forma culposa	775
3.3. Conduta	761	3.7. Ação penal	775
3.4. Voluntariedade	762	3.8. Princípio da especialidade	775
3.5. Consumação e tentativa	762	4. Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante	776
3.6. Ação penal e perdão judicial	762	4.1. Considerações iniciais	776
3.7. Princípio da especialidade	762	4.2. Sujeitos do crime	777
TÍTULO VIII		4.3. Conduta	777
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	763	4.4. Voluntariedade	777
CAPÍTULO I – DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	763	4.5. Consumação e tentativa	778
1. Incêndio	763	4.6. Majorantes de pena	778
1.1. Considerações iniciais	763	4.7. Ação penal	778
1.2. Sujeitos do crime	764	4.8. Princípio da especialidade	778
1.3. Conduta	764	5. Inundação	778
1.4. Voluntariedade	765	5.1. Considerações iniciais	779
1.5. Consumação e tentativa	766	5.2. Sujeitos do crime	779
1.6. Majorantes de pena e formas culposa e majorada pelo resultado	766	5.3. Conduta	779
1.6.1. Majorantes de pena	766	5.4. Voluntariedade	780
1.6.2. Forma culposa	768	5.5. Consumação e tentativa	780
1.6.3. Forma majorada pelo resultado	768	5.6. Majorantes de pena e forma culposa	780
1.7. Ação penal	768	5.7. Ação Penal	780
1.8. Princípio da especialidade	769	5.8. Princípio da especialidade	780
2. Explosão	769	6. Perigo de inundação	780
2.1. Considerações iniciais	769	6.1. Considerações iniciais	781
2.2. Sujeitos do crime	770	6.2. Sujeitos do crime	781
2.3. Conduta	770	6.3. Conduta	781
		6.4. Voluntariedade	781
		6.5. Consumação e tentativa	782
		6.6. Majorantes de pena	782

6.7. Ação penal	782	2.2. Sujeitos do crime	793
6.8. Princípio da especialidade	783	2.3. Conduta	793
7. Desabamento ou desmoronamento	783	2.4. Voluntariedade	794
7.1. Considerações iniciais.....	783	2.5. Consumação e tentativa	795
7.2. Sujeitos do crime	783	2.6. Qualificadora, majorantes de pena e forma culposa	795
7.3. Conduta	783	2.7. Ação penal	795
7.4. Voluntariedade	784	2.8. Princípio da especialidade	796
7.5. Consumação e tentativa	784	3. atentado contra a segurança de outro meio de transporte	796
7.6. Majorantes de pena e forma culposa.....	784	3.1. Considerações iniciais.....	796
7.7. Ação penal	785	3.2. Sujeitos do crime	797
7.8. Princípio da especialidade	785	3.3. Conduta	797
8. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	785	3.4. Voluntariedade	797
8.1. Considerações iniciais.....	785	3.5. Consumação e tentativa	798
8.2. Sujeitos do crime	785	3.6. Qualificadora, majorantes de pena e forma culposa	798
8.3. Conduta	785	3.7. Ação penal	798
8.4. Voluntariedade	786	3.8. Princípio da especialidade	798
8.5. Consumação e tentativa	786	4. Forma qualificada	798
8.6. Majorantes de pena	786	4.1. Considerações Gerais	799
8.7. Ação Penal	786	5. Arremesso de projétil	799
8.8. Princípio da especialidade	786	5.1. Considerações iniciais.....	799
9. Formas qualificadas de crime de perigo comum.....	787	5.2. Sujeitos do crime	799
9.1. Considerações gerais	787	5.3. Conduta	800
10. Difusão de doença ou praga	787	5.4. Voluntariedade	800
10.1. Considerações gerais	787	5.5. Consumação e tentativa	800
CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	788	5.6. Qualificadoras.....	801
1. Perigo de desastre ferroviário	788	5.7. Ação penal	801
1.1. Considerações iniciais.....	788	5.8. Princípio da especialidade	801
1.2. Sujeitos do crime	789	6. atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	801
1.3. Conduta	789	6.1. Considerações iniciais.....	801
1.4. Voluntariedade	790	6.2. Sujeitos do crime	802
1.5. Consumação e tentativa	790	6.3. Conduta	802
1.6. Qualificadora, Majorantes de pena e forma culposa	791	6.4. Voluntariedade	803
1.6.1. Qualificadora	791	6.5. Consumação e tentativa	803
1.6.2. Forma culposa	791	6.6. Majorante de pena	803
1.6.3. Majorantes de pena	791	6.7. Ação penal	803
1.7. Ação penal	792	6.8. Princípio da especialidade	803
1.8. Princípio da especialidade	792	7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, te- lemático ou de informação de utilidade pública	804
2. atentado contra a segurança de trans- porte marítimo, fluvial ou aéreo.....	792	7.1. Considerações iniciais.....	804
2.1. Considerações iniciais.....	793	7.2. Sujeitos do crime	804
		7.3. Conduta	805

7.4. Voluntariedade	805	5.6.1. Forma equiparada	820
7.5. Consumação e tentativa	805	5.6.2. Forma culposa	820
7.6. Majorante de pena	806	5.6.3. Majorantes de pena	820
7.7. Ação penal	806	5.7. Ação penal	820
7.8. Princípio da especialidade	806	6. Corrupção ou poluição de água potável..	820
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A		6.1. Considerações gerais	821
SAÚDE PÚBLICA.....	806	7. Falsificação, corrupção, adulteração ou	
1. Introdução	806	alteração de substância ou produtos ali-	
2. Epidemia	807	mentícios	821
2.1. Considerações iniciais.....	807	7.1. Considerações iniciais.....	821
2.2. Sujeitos do crime	808	7.2. Sujeitos do crime	822
2.3. Conduta	808	7.3. Conduta	822
2.4. Voluntariedade	809	7.4. Voluntariedade	823
2.5. Consumação e tentativa	809	7.5. Consumação e tentativa	823
2.6. Majorante de pena e forma cul-		7.6. Majorantes de pena e formas	
posa	809	equiparada e culposa	823
2.6.1. Majorante de pena.....	809	7.6.1. Forma equiparada	823
2.6.2. Forma culposa	809	7.6.2. Forma culposa	824
2.7. Ação penal	810	7.6.3. Majorantes de pena	824
2.8. Princípio da especialidade	810	7.7. Ação penal	824
3. Infração de medida sanitária preventiva .	810	8. Falsificação, corrupção, adulteração ou	
3.1. Considerações iniciais.....	810	alteração de produto destinado a fins te-	
3.2. Sujeitos do crime	810	rapêuticos ou medicinais.....	824
3.3. Conduta	811	8.1. Considerações iniciais.....	825
3.4. Voluntariedade	814	8.2. Sujeitos do crime	825
3.5. Consumação e tentativa	814	8.3. Conduta	825
3.6. Majorantes de pena	814	8.4. Voluntariedade	827
3.7. Ação penal	814	8.5. Consumação e tentativa	827
4. Omissão de notificação de doença.....	814	8.6. Majorantes de pena e forma	
4.1. Considerações iniciais.....	815	equiparada e culposa	827
4.2. Sujeitos do crime	815	8.6.1. Forma equiparada	827
4.3. Conduta	815	8.6.2. Forma culposa	830
4.4. Voluntariedade	816	8.6.3. Majorantes de pena	830
4.5. Consumação e tentativa	817	8.7. Ação penal	830
4.6. Majorantes de pena	817	9. Emprego de processo proibido ou de	
4.7. Ação penal	817	substância não permitida	830
4.8. Princípio da especialidade	817	9.1. Considerações iniciais.....	830
5. Envenenamento de água potável ou de		9.2. Sujeitos do crime	831
substância alimentícia ou medicinal.....	817	9.3. Conduta	831
5.1. Considerações iniciais.....	817	9.4. Voluntariedade	831
5.2. Sujeitos do crime	819	9.5. Consumação e tentativa	832
5.3. Conduta	819	9.6. Majorantes de pena	832
5.4. Voluntariedade	819	9.7. Ação penal	832
5.5. Consumação e tentativa	819	10. Invólucro ou recipiente com falsa indica-	
5.6. Majorantes de pena e formas		ção	832
culposa e equiparada	820	10.1. Considerações iniciais.....	832
		10.2. Sujeitos do crime	833
		10.3. Conduta	833

10.4. Voluntariedade	833	17.2. Sujeitos do crime	843
10.5. Consumação e tentativa	833	17.3. Conduta	843
10.6. Majorantes de pena	833	17.4. Voluntariedade	846
10.7. Ação penal	834	17.5. Consumação e tentativa	847
11. Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	834	17.6. Majorantes de pena	847
11.1. Considerações iniciais.....	834	17.7. Ação penal	847
11.2. Sujeitos do crime	834	18. Charlatanismo.....	847
11.3. Conduta	834	18.1. Considerações iniciais.....	848
11.4. Voluntariedade	835	18.2. Sujeitos do crime	848
11.5. Consumação e tentativa	835	18.3. Conduta	848
11.6. Majorantes de pena	835	18.4. Voluntariedade	848
11.7. Ação penal	835	18.5. Consumação e tentativa	849
12. Substância destinada à falsificação.....	835	18.6. Majorantes de pena	849
12.1. Considerações iniciais.....	835	18.7. Ação penal	849
12.2. Sujeitos do crime	836	19. Curandeirismo	849
12.3. Conduta	836	19.1. Considerações iniciais.....	850
12.4. Voluntariedade	837	19.2. Sujeitos do crime	850
12.5. Consumação e tentativa	837	19.3. Conduta	850
12.6. Majorantes de pena	837	19.4. Voluntariedade	852
12.7. Ação penal	837	19.5. Consumação e tentativa	852
13. Outras substâncias nocivas à saúde pública.....	837	19.6. Majorantes de pena	852
13.1. Considerações iniciais.....	838	19.7. Ação penal	852
13.2. Sujeitos do crime	838	20. Forma qualificada	852
13.3. Conduta	838	20.1. Considerações gerais	852
13.4. Voluntariedade	839		
13.5. Consumação e tentativa	839		
13.6. Majorantes de pena e forma culposa.....	839		
13.7. Ação penal	839		
13.8. Princípio da especialidade	839		
14. Substância avariada	839		
15. Medicamento em desacordo com receita médica	840		
15.1. Considerações iniciais.....	840		
15.2. Sujeitos do crime	840		
15.3. Conduta	840		
15.4. Voluntariedade	842		
15.5. Consumação e tentativa	842		
15.6. Majorantes e forma culposa.....	842		
15.7. Ação penal	842		
16. Comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.....	842		
17. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica.....	843		
17.1. Considerações iniciais.....	843		

**TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA..... 853**

1. Incitação ao crime.....	853
1.1. Considerações iniciais.....	853
1.2. Sujeitos do crime	853
1.3. Conduta	853
1.4. Voluntariedade	854
1.5. Consumação e tentativa	854
1.6. Figura equiparada.....	854
1.6.1. Figura equiparada e eficácia da lei penal no tempo	857
1.6.2. Possível inconstitucionalidade do parágrafo único	858
1.7. Ação penal	861
1.8. Princípio da especialidade	861
2. Apologia de crime ou criminoso.....	861
2.1. Considerações iniciais.....	862
2.2. Sujeitos do crime	862
2.3. Conduta	862
2.4. Voluntariedade	863
2.5. Consumação e tentativa	863
2.6. Ação penal	864

3. Associação criminosa.....	864	2.5. Consumação e tentativa	884
3.1. Considerações iniciais.....	864	2.6. Ação penal	884
3.2. Sujeitos do crime	865	3. Petrechos para falsificação de moeda	884
3.3. Conduta	865	3.1. Considerações iniciais.....	884
3.3.1. Associação	865	3.2. Sujeitos do crime	885
3.3.2. Pluralidade de pessoas.....	866	3.3. Conduta	885
3.3.3. Para o fim de praticar uma série indeterminada de cri- mes	866	3.4. Voluntariedade	886
3.4. Voluntariedade	867	3.5. Consumação e tentativa	886
3.5. Consumação e tentativa	867	3.6. Ação penal	887
3.6. Qualificadora, majorante e mino- rante de pena	869	4. Emissão de título ao portador sem per- missão legal	887
3.6.1. Majorante de pena.....	869	4.1. Considerações iniciais.....	887
3.6.2. Qualificadora	869	4.2. Sujeitos do crime	888
3.6.3. Minorante de pena.....	870	4.3. Conduta	888
3.7. Ação penal	870	4.4. Voluntariedade	889
3.8. Princípio da especialidade.....	870	4.5. Consumação e tentativa	889
4. Constituição de milícia privada.....	871	4.6. Forma privilegiada	889
4.1. Considerações iniciais.....	871	4.7. Ação penal	889
4.2. Sujeitos do crime	872	4.8. Princípio da Especialidade.....	889
4.3. Conduta	872	CAPÍTULO II – DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS.....	890
4.4. Voluntariedade	873	1. Falsificação de papéis públicos	890
4.5. Consumação e tentativa	874	1.1. Considerações iniciais.....	890
4.6. Ação penal	876	1.2. Sujeitos do crime	891
4.7. Princípio da especialidade	876	1.3. Conduta	891
TÍTULO X		1.4. Voluntariedade	892
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	877	1.5. Consumação e tentativa	892
CAPÍTULO I – DA MOEDA FALSA	877	1.6. Forma equiparada	893
1. Moeda falsa	877	1.7. Figuras delituosas complementa- res	894
1.1. Considerações iniciais.....	877	1.8. Ação penal	895
1.2. Sujeitos do crime	878	1.9. Princípio da especialidade.....	895
1.3. Conduta	878	2. Petrechos de falsificação	895
1.4. Voluntariedade	879	2.1. Considerações iniciais.....	895
1.5. Consumação e tentativa	879	2.2. Sujeitos do crime	896
1.6. Forma equiparada	880	2.3. Conduta	896
1.7. Privilégio	880	2.4. Voluntariedade	896
1.8. Falsificação funcional.....	881	2.5. Consumação e tentativa	896
1.9. Desvio e circulação antecipada	882	2.6. Ação penal	896
1.10. Ação penal	882	2.7. Princípio da especialidade.....	897
2. Crimes assimilados ao de moeda falsa	882	3. Forma majorada	897
2.1. Considerações iniciais.....	882	3.1. Considerações gerais	897
2.2. Sujeitos do crime	882	CAPÍTULO III – DA FALSIDADE DOCUMENTAL.....	897
2.3. Conduta	883	1. Falsificação do selo ou sinal público	897
2.4. Voluntariedade	884		

1.1.	Considerações iniciais.....	897	5.6.	Ação penal.....	924
1.2.	Sujeitos do crime.....	898	5.7.	Princípio da especialidade.....	924
1.3.	Conduta.....	898	6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso.....	924
1.4.	Voluntariedade.....	899	6.1.	Considerações iniciais.....	925
1.5.	Consumação e tentativa.....	899	6.2.	Sujeitos do crime.....	925
1.6.	Forma equiparada.....	899	6.3.	Conduta.....	925
1.7.	Majorante de pena.....	900	6.4.	Voluntariedade.....	926
1.8.	Ação penal.....	900	6.5.	Consumação e tentativa.....	926
2.	Falsificação de documento público.....	900	6.6.	Falsidade material de atestado ou certidão.....	926
2.1.	Considerações iniciais.....	901	6.7.	Ação penal.....	928
2.2.	Sujeitos do crime.....	901	6.8.	Princípio da especialidade.....	928
2.3.	Conduta.....	901	7.	Falsidade de atestado médico.....	928
2.4.	Voluntariedade.....	906	7.1.	Considerações iniciais.....	929
2.5.	Consumação e tentativa.....	906	7.2.	Sujeitos do crime.....	929
2.6.	Majorante de pena e formas equiparadas.....	910	7.3.	Conduta.....	929
2.6.1.	Majorante de pena.....	910	7.4.	Voluntariedade.....	930
2.6.2.	Formas equiparadas.....	910	7.5.	Consumação e tentativa.....	930
2.7.	Extinção da punibilidade.....	910	7.6.	Ação penal.....	930
2.8.	Ação penal.....	911	8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.....	930
2.9.	Princípio da especialidade.....	911	8.1.	Considerações iniciais.....	931
3.	Falsificação de documento particular.....	911	8.2.	Sujeitos do crime.....	931
3.1.	Considerações iniciais.....	911	8.3.	Conduta.....	931
3.2.	Sujeitos do crime.....	912	8.4.	Voluntariedade.....	932
3.3.	Conduta.....	912	8.5.	Consumação e tentativa.....	932
3.4.	Voluntariedade.....	913	8.6.	Uso do selo ou da peça filatélica ...	932
3.5.	Consumação e tentativa.....	913	8.7.	Ação penal.....	933
3.6.	Extinção da punibilidade.....	914	9.	Uso de documento falso.....	933
3.7.	Ação penal.....	914	9.1.	Considerações iniciais.....	933
3.8.	Princípio da especialidade.....	914	9.2.	Sujeitos do crime.....	934
4.	Falsidade ideológica.....	915	9.3.	Conduta.....	934
4.1.	Considerações iniciais.....	915	9.4.	Voluntariedade.....	935
4.2.	Sujeitos do crime.....	915	9.5.	Consumação e tentativa.....	935
4.3.	Conduta.....	915	9.6.	Extinção da punibilidade.....	937
4.4.	Voluntariedade.....	919	9.7.	Ação penal.....	937
4.5.	Consumação e tentativa.....	919	9.8.	Princípio da especialidade.....	937
4.6.	Majorantes de pena.....	920	10.	Supressão de documento.....	937
4.7.	Extinção da punibilidade.....	921	10.1.	Considerações iniciais.....	938
4.8.	Ação penal.....	921	10.2.	Sujeitos do crime.....	938
4.9.	Princípio da especialidade.....	921	10.3.	Conduta.....	938
5.	Falso reconhecimento de firma ou letra..	922	10.4.	Voluntariedade.....	939
5.1.	Considerações iniciais.....	922	10.5.	Consumação e tentativa.....	939
5.2.	Sujeitos do crime.....	922	10.6.	Ação penal.....	939
5.3.	Conduta.....	923	10.7.	Princípio da especialidade.....	939
5.4.	Voluntariedade.....	923			
5.5.	Consumação e tentativa.....	924			

CAPÍTULO IV – DE OUTRAS FALSIDADES ..	940	6. Adulteração de sinal identificador de veículo	950
1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	940	6.1. Considerações iniciais.....	951
1.1. Considerações iniciais.....	940	6.2. Sujeitos do crime.....	952
1.2. Sujeitos do crime	940	6.3. Conduta	952
1.3. Conduta	941	6.4. Voluntariedade	955
1.4. Voluntariedade	941	6.5. Consumação e tentativa	955
1.5. Consumação e tentativa	941	6.6. Formas equiparada e qualificada ..	955
1.6. Figura privilegiada	941	6.7. Ação penal	957
1.7. Ação penal	942		
2. Falsa identidade.....	942	CAPÍTULO V – DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO	957
2.1. Considerações iniciais.....	942	1. Fraudes em certames de interesse público	957
2.2. Sujeitos do crime	942	1.1. Considerações iniciais.....	958
2.3. Conduta	942	1.2. Sujeitos do crime	958
2.4. Voluntariedade	944	1.3. Conduta	959
2.5. Consumação e tentativa	944	1.4. Voluntariedade	961
2.6. Ação penal	944	1.5. Consumação e tentativa	961
2.7. Princípio da especialidade.....	944	1.6. Ação penal	961
3. Uso ou cessão para uso de documento de identificação civil de terceiro.....	945		
3.1. Considerações iniciais.....	945	TÍTULO XI	
3.2. Sujeitos do crime	945	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	963
3.3. Conduta	945		
3.4. Voluntariedade	946	CAPÍTULO I – DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	963
3.5. Consumação e tentativa	946	1. Introdução	963
3.6. Ação penal	946	2. Crimes funcionais. Espécies.....	967
3.7. Princípio da especialidade	946	3. Conceito de funcionário público para efeitos penais.....	967
4. Fraude de lei sobre estrangeiro	946	4. “Informante do bem” ou whistleblower .	973
4.1. Considerações iniciais.....	946	5. Tipos penais. Peculato	976
4.2. Sujeitos do crime	947	6. Peculato apropriação e desvio (peculato próprio).....	976
4.3. Conduta	947	6.1. Considerações iniciais.....	976
4.4. Voluntariedade	947	6.2. Sujeitos do crime	977
4.5. Consumação e tentativa	947	6.3. Conduta	978
4.6. Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro.....	948	6.4. Peculato apropriação.....	978
4.7. Ação penal	948	6.5. Peculato desvio.....	979
5. Fraude à proibição da propriedade ou da posse de certos bens por estrangeiros....	949	6.6. Voluntariedade.....	983
5.1. Considerações iniciais.....	949	6.7. Consumação e tentativa	985
5.2. Sujeitos do crime	949	7. Peculato furto (peculato impróprio).....	986
5.3. Conduta	949	7.1. Considerações gerais	987
5.4. Voluntariedade	950	8. Peculato culposo.....	987
5.5. Consumação e tentativa	950	8.1. Considerações gerais	987
5.6. Ação penal	950		

9. Reparação do dano e ação penal.....	988	14.6. Ação penal	999
9.1. Considerações iniciais.....	988	14.7. Princípio da especialidade	999
9.2. Ação penal	989	15. Concussão	999
9.3. Princípio da especialidade.....	989	15.1. Considerações iniciais.....	1000
10. Peculato mediante erro de outrem	989	15.2. Sujeitos do crime	1000
10.1. Considerações iniciais.....	989	15.3. Conduta	1000
10.2. Sujeitos do crime	990	15.4. Voluntariedade	1004
10.3. Conduta	990	15.5. Consumação e tentativa	1004
10.4. Voluntariedade	990	15.6. Ação penal	1005
10.5. Consumação e tentativa	991	16. Excesso de exação.....	1005
10.6. Ação penal	991	16.1. Considerações iniciais.....	1005
10.7. Princípio da especialidade	991	16.2. Sujeitos do crime	1005
11. Inserção de dados falsos em sistema de informações	991	16.3. Conduta	1006
11.1. Peculato eletrônico. Inovações advindas com a Lei 9.983/2000.....	991	16.4. Voluntariedade	1006
11.2. Considerações iniciais.....	991	16.5. Consumação e tentativa	1008
11.3. Sujeitos do crime	992	16.6. Ação penal	1008
11.4. Conduta	993	16.7. Princípio da especialidade.....	1008
11.5. Voluntariedade	994	17. Corrupção passiva.....	1008
11.6. Consumação e tentativa	994	17.1. Considerações iniciais.....	1009
11.7. Ação penal	994	17.2. Sujeitos do crime	1009
11.8. Princípio da especialidade	994	17.3. Conduta	1010
12. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	994	17.4. Voluntariedade	1015
12.1. Considerações iniciais.....	995	17.5. Consumação e tentativa	1015
12.2. Sujeitos do crime	995	17.6. Majorante e forma privilegiada.....	1016
12.3. Conduta	995	17.6.1. Majorante.....	1016
12.4. Voluntariedade	995	17.6.2. Forma privilegiada.....	1016
12.5. Consumação e tentativa	996	17.7. Ação penal	1016
12.6. Ação penal	996	17.8. Princípio da especialidade.....	1016
13. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	996	18. Facilitação de contrabando ou descami- nho.....	1016
13.1. Considerações iniciais.....	996	18.1. Considerações iniciais.....	1017
13.2. Sujeitos do crime	996	18.2. Sujeitos do crime	1017
13.3. Conduta	997	18.3. Conduta	1017
13.4. Voluntariedade	997	18.4. Voluntariedade	1018
13.5. Consumação e tentativa	997	18.5. Consumação e tentativa	1018
13.6. Ação penal	998	18.6. Ação penal	1018
13.7. Princípio da especialidade	998	19. Prevaricação.....	1018
14. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.....	998	19.1. Considerações iniciais.....	1018
14.1. Considerações iniciais.....	998	19.2. Sujeitos do crime	1018
14.2. Sujeitos do crime	998	19.3. Conduta	1019
14.3. Conduta	998	19.4. Voluntariedade	1020
14.4. Voluntariedade	999	19.5. Consumação e tentativa	1021
14.5. Consumação e tentativa	999	19.6. Ação penal	1021
		19.7. Princípio da especialidade	1022
		20. Prevaricação imprópria.....	1022
		20.1. Considerações iniciais.....	1023

20.2. Sujeitos do crime	1023	26. Violação de sigilo funcional	1039
20.3. Conduta	1024	26.1. Considerações iniciais.....	1039
20.4. Voluntariedade	1024	26.2. Sujeitos do crime	1039
20.5. Consumação e tentativa	1025	26.3. Conduta	1040
20.6. Ação penal	1025	26.4. Voluntariedade	1041
21. Condescendência criminosa	1025	26.5. Consumação e tentativa	1041
21.1. Considerações iniciais.....	1025	26.6. Figuras equiparadas.....	1042
21.2. Sujeitos do crime	1025	26.7. Qualificadora	1042
21.3. Conduta	1026	26.8. Ação penal	1042
21.4. Voluntariedade	1026	26.9. Princípio da especialidade	1042
21.5. Consumação e tentativa	1027	27. Violação do sigilo de proposta de concor- rência	1042
21.6. Ação penal	1027	27.1. Considerações gerais	1043
21.7. Princípio da especialidade	1027	28. Funcionário público	1043
22. Advocacia administrativa.....	1027	28.1. Considerações gerais	1043
22.1. Considerações iniciais.....	1027		
22.2. Sujeitos do crime	1028		
22.3. Conduta	1028		
22.4. Voluntariedade	1030		
22.5. Consumação e tentativa	1030		
22.6. Ação penal	1030		
22.7. Princípio da especialidade	1030		
23. Violência arbitrária	1031		
23.1. Considerações Iniciais.....	1031		
23.2. Sujeitos do crime	1033		
23.3. Conduta	1033		
23.4. Voluntariedade	1033		
23.5. Consumação e tentativa	1034		
23.6. Ação penal	1034		
23.7. Princípio da especialidade	1034		
24. Abandono de função	1034		
24.1. Considerações iniciais.....	1035		
24.2. Sujeitos do crime	1035		
24.3. Conduta	1035		
24.4. Voluntariedade	1036		
24.5. Consumação e tentativa	1036		
24.6. Ação penal	1037		
24.7. Princípio da especialidade.....	1037		
25. Exercício funcional ilegalmente antecipa- do ou prolongado	1037		
25.1. Considerações iniciais.....	1037		
25.2. Sujeitos do crime	1037		
25.3. Conduta	1038		
25.4. Voluntariedade	1038		
25.5. Consumação e tentativa	1038		
25.6. Ação penal	1039		
25.7. Princípio da especialidade	1039		
		CAPÍTULO II – DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	1044
		1. Introdução	1044
		2. Usurpação de função pública	1045
		2.1. Considerações iniciais.....	1046
		2.2. Sujeitos do crime	1046
		2.3. Conduta	1046
		2.4. Voluntariedade.....	1048
		2.5. Consumação e tentativa	1048
		2.6. Qualificadora	1049
		2.7. Ação penal	1049
		2.8. Princípio da especialidade	1049
		3. Resistência	1049
		3.1. Considerações iniciais.....	1049
		3.2. Sujeitos do crime	1049
		3.3. Conduta	1050
		3.3.1. Oposição mediante agres- são	1050
		3.3.2. À execução de ato legal	1051
		3.3.3. Contra funcionário compe- tente ou particular que lhe presta auxílio	1051
		3.4. Voluntariedade	1051
		3.5. Consumação e tentativa	1052
		3.6. Qualificadora	1054
		3.7. Ação penal	1054
		3.8. Princípio da especialidade	1054
		4. Desobediência	1054
		4.1. Considerações iniciais.....	1054
		4.2. Sujeitos do crime	1054

4.3. Conduta	1055	9.1. Considerações iniciais.....	1092
4.4. Voluntariedade	1059	9.2. Sujeitos do delito	1093
4.5. Consumação e tentativa	1059	9.3. Conduta	1093
4.6. Ação penal	1059	9.4. Voluntariedade	1095
4.7. Princípio da especialidade	1059	9.5. Consumação e tentativa	1095
5. Desacato	1060	9.6. Contrabando por assimilação	1096
5.1. Considerações iniciais.....	1061	9.7. Cláusula de equiparação.....	1096
5.2. Sujeitos do crime	1061	9.8. Majorante de pena	1096
5.3. Conduta	1062	9.9. Ação penal	1097
5.4. Voluntariedade	1066	10. Impedimento, perturbação ou fraude de	
5.5. Consumação e tentativa	1066	concorrência	1097
5.6. Ação penal	1066	10.1. Considerações iniciais.....	1097
5.7. Princípio da especialidade	1066	10.2. Sujeitos do delito	1098
6. Tráfico de influência.....	1067	10.3. Conduta	1098
6.1. Considerações iniciais.....	1067	10.4. Voluntariedade	1098
6.2. Sujeitos do delito	1067	10.5. Consumação e tentativa	1099
6.3. Conduta	1068	10.6. Abstenção subornada	1099
6.4. Voluntariedade	1068	10.7. Ação penal	1099
6.5. Consumação e tentativa	1068	10.8. Princípio da especialidade	1100
6.6. Majorante de pena	1068	11. Inutilização de edital ou de sinal	1100
6.7. Ação penal	1069	11.1. Considerações iniciais.....	1100
6.8. Princípio da especialidade	1069	11.2. Sujeitos do delito	1100
7. Corrupção ativa.....	1069	11.3. Conduta	1100
7.1. Considerações iniciais.....	1069	11.4. Voluntariedade	1101
7.1.1. Responsabilidade extrape-		11.5. Consumação e tentativa	1102
nal da pessoa jurídica por		11.6. Ação penal	1102
atos de corrupção.....	1069	11.7. Princípio da especialidade.....	1102
7.2. Sujeitos do delito	1075	12. Subtração ou inutilização de livro ou do-	
7.3. Conduta	1075	cumento.....	1102
7.4. Voluntariedade	1077	12.1. Considerações iniciais.....	1103
7.5. Consumação e tentativa	1078	12.2. Sujeitos do delito	1103
7.6. Majorantes de pena	1078	12.3. Conduta	1103
7.7. Ação penal	1079	12.4. Voluntariedade	1104
7.8. Princípio da especialidade	1079	12.5. Consumação e tentativa	1104
8. Descaminho	1079	12.6. Ação penal	1105
8.1. Considerações iniciais.....	1080	12.7. Princípio da especialidade	1105
8.2. Sujeitos do delito	1080	13. Sonegação de contribuição previdenciá-	
8.3. Conduta	1081	ria	1105
8.4. Voluntariedade	1083	13.1. Considerações iniciais.....	1106
8.5. Consumação e tentativa	1083	13.2. Sujeitos do delito	1106
8.6. Descaminho por assimilação	1087	13.3. Conduta	1106
8.7. Cláusula de equiparação.....	1089	13.4. Voluntariedade	1109
8.8. Majorante de pena	1090	13.5. Consumação e tentativa	1110
8.9. Extinção da punibilidade	1091	13.6. Extinção da punibilidade	1111
8.10. Ação penal	1092	13.7. Perdão judicial ou aplicação de	
9. Contrabando	1092	pena de multa.....	1114
		13.8. Crime privilegiado.....	1115
		13.9. Ação penal	1115

**CAPÍTULO II-A – DOS CRIMES
PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ESTRANGEIRA 1115

1. Introdução 1115
2. Conceito de funcionário público estrangeiro para fins penais..... 1115
3. Responsabilidade extrapenal da pessoa jurídica por atos de corrupção contra a administração pública estrangeira..... 1116
4. Corrupção ativa em transação comercial internacional..... 1119
 - 4.1. Considerações iniciais..... 1119
 - 4.2. Sujeitos do crime 1120
 - 4.3. Conduta 1121
 - 4.4. Voluntariedade 1121
 - 4.5. Consumação e tentativa 1121
 - 4.6. Majorante de pena 1122
 - 4.7. Ação penal 1122
5. Tráfico de influência em transação comercial internacional 1122
 - 5.1. Considerações iniciais..... 1122
 - 5.2. Sujeitos do delito 1122
 - 5.3. Conduta 1123
 - 5.4. Voluntariedade 1123
 - 5.5. Consumação e tentativa 1124
 - 5.6. Majorante de pena 1124
 - 5.7. Ação penal 1124
6. Funcionário público estrangeiro 1124
 - 6.1. Considerações gerais 1124

**CAPÍTULO II-B – DOS CRIMES
EM LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS..... 1125**

1. Introdução 1125
2. Contratação direta ilegal..... 1126
 - 2.1. Considerações iniciais..... 1126
 - 2.2. Sujeitos do crime 1127
 - 2.3. Conduta 1127
 - 2.4. Voluntariedade 1130
 - 2.5. Consumação e tentativa 1132
 - 2.6. Ação penal 1134
3. Frustração do caráter competitivo de licitação 1134
 - 3.1. Considerações iniciais..... 1134
 - 3.2. Sujeitos do crime 1134
 - 3.3. Conduta 1135

- 3.4. Voluntariedade 1136
- 3.5. Consumação e tentativa 1136
- 3.6. Ação penal 1137
4. Patrocínio de contratação indevida 1137
 - 4.1. Considerações iniciais..... 1137
 - 4.2. Sujeitos do crime 1137
 - 4.3. Conduta 1138
 - 4.4. Voluntariedade 1139
 - 4.5. Consumação e tentativa 1139
 - 4.6. Ação penal 1139
5. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo 1139
 - 5.1. Considerações iniciais..... 1140
 - 5.2. Sujeitos do crime 1140
 - 5.3. Conduta 1141
 - 5.4. Voluntariedade 1144
 - 5.5. Consumação e tentativa 1144
 - 5.6. Ação penal 1145
6. Perturbação de processo licitatório..... 1145
 - 6.1. Considerações iniciais..... 1145
 - 6.2. Sujeitos do crime 1145
 - 6.3. Conduta 1145
 - 6.4. Voluntariedade 1148
 - 6.5. Consumação e tentativa 1148
 - 6.6. Ação penal 1148
7. Violação de sigilo em licitação 1148
 - 7.1. Considerações iniciais..... 1149
 - 7.2. Sujeitos do crime 1149
 - 7.3. Conduta 1149
 - 7.4. Voluntariedade 1150
 - 7.5. Consumação e tentativa 1150
 - 7.6. Ação penal 1150
8. Afastamento de licitante..... 1151
 - 8.1. Considerações iniciais..... 1151
 - 8.2. Sujeitos do crime 1151
 - 8.3. Conduta 1152
 - 8.4. Voluntariedade 1153
 - 8.5. Consumação e tentativa 1153
 - 8.6. Ação penal 1154
9. Fraude em licitação ou contrato 1154
 - 9.1. Considerações iniciais..... 1154
 - 9.2. Sujeitos do crime 1155
 - 9.3. Conduta 1155
 - 9.4. Voluntariedade 1158
 - 9.5. Consumação e tentativa 1158
 - 9.6. Ação penal 1159

10. Contratação inidônea	1159	4. Comunicação falsa de crime ou de con-	
10.1. Considerações iniciais.....	1159	travenção	1184
10.2. Sujeitos do crime	1160	4.1. Considerações iniciais.....	1184
10.3. Conduta	1160	4.2. Sujeitos do delito	1184
10.4. Voluntariedade	1162	4.3. Conduta	1184
10.5. Consumação e tentativa	1162	4.4. Voluntariedade	1185
10.6. Ação penal	1163	4.5. Consumação e tentativa	1186
11. Impedimento indevido	1163	4.6. Ação penal	1187
11.1. Considerações iniciais.....	1163	4.7. Princípio da especialidade.....	1187
11.2. Sujeitos do crime	1164	5. Autoacusação falsa	1187
11.3. Conduta	1165	5.1. Considerações iniciais.....	1187
11.4. Voluntariedade	1166	5.2. Sujeitos do delito	1188
11.5. Consumação e tentativa	1166	5.3. Conduta	1188
11.6. Ação penal	1166	5.4. Voluntariedade	1188
12. Omissão grave de dado ou de informa-		5.5. Consumação e tentativa	1189
ção por projetista.....	1166	5.6. Ação penal	1190
12.1. Considerações iniciais.....	1167	5.7. Princípio da especialidade.....	1190
12.2. Sujeitos do crime	1167	6. Falso testemunho ou falsa perícia	1190
12.3. Conduta	1167	6.1. Considerações iniciais.....	1190
12.4. Voluntariedade	1170	6.2. Sujeitos do delito	1191
12.5. Consumação e tentativa	1170	6.3. Conduta	1193
12.6. Ação penal	1170	6.4. Voluntariedade	1195
13. Pena de multa.....	1170	6.5. Consumação e tentativa	1196
		6.6. Majorantes de pena	1199
		6.7. Extinção da punibilidade	1199
		6.8. Ação penal	1201
		6.9. Princípio da especialidade.....	1202
CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A		7. Corrupção ativa de testemunha, perito,	
ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	1171	contador, tradutor ou intérprete	1202
1. Introdução	1171	7.1. Considerações iniciais.....	1202
2. Reingresso de estrangeiro expulso	1171	7.2. Sujeitos do delito	1203
2.1. Considerações iniciais.....	1172	7.3. Conduta	1203
2.2. Sujeitos do delito	1172	7.4. Voluntariedade	1204
2.3. Conduta	1172	7.5. Consumação e tentativa	1204
2.4. Voluntariedade	1173	7.6. Majorante de pena	1204
2.5. Consumação e tentativa	1173	7.7. Ação penal	1205
2.6. Ação penal	1174	7.8. Princípio da especialidade.....	1205
3. Denúnciação caluniosa	1174	8. Coação no curso do processo	1205
3.1. Considerações iniciais.....	1174	8.1. Considerações iniciais.....	1205
3.2. Sujeitos do delito	1175	8.2. Sujeitos do delito	1205
3.3. Conduta	1176	8.3. Conduta	1206
3.4. Voluntariedade	1180	8.4. Voluntariedade	1207
3.5. Consumação e tentativa	1181	8.5. Consumação e tentativa	1208
3.6. Majorante e minorante de pena ...	1183	8.6. Majorante de pena	1208
3.6.1. Majorante de pena	1183	8.7. Ação penal	1210
3.6.2. Minorante de pena: Denúnciação		8.8. Princípio da especialidade.....	1210
caluniosa de contravenção penal ..	1183		
3.7. Ação penal	1183		
3.8. Princípio da especialidade	1183		

9. Exercício arbitrário das próprias razões...	1210	14.3. Conduta	1230
9.1. Considerações iniciais.....	1210	14.4. Voluntariedade	1231
9.2. Sujeitos do delito	1211	14.5. Consumação e tentativa	1231
9.3. Conduta	1211	14.6. Ação penal	1231
9.4. Voluntariedade	1212	15. Exercício arbitrário ou abuso de poder ...	1232
9.5. Consumação e tentativa	1213	16. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.....	1232
9.6. Ação penal	1214	16.1. Considerações iniciais.....	1232
10. Subtração, supressão ou danificação de coisa própria no legítimo poder de ter- ceiro	1214	16.2. Sujeitos do delito	1233
10.1. Considerações iniciais.....	1214	16.3. Conduta	1233
10.2. Sujeitos do delito	1215	16.4. Voluntariedade	1234
10.3. Conduta	1215	16.5. Consumação e tentativa	1235
10.4. Voluntariedade	1216	16.6. Qualificadoras.....	1235
10.5. Consumação e tentativa	1216	16.7. Ação penal	1236
10.6. Ação penal	1217	16.8. Princípio da especialidade	1236
11. Fraude processual.....	1217	17. Evasão mediante violência contra pessoa	1236
11.1. Considerações iniciais.....	1217	17.1. Considerações iniciais.....	1236
11.2. Sujeitos do delito	1217	17.2. Sujeitos do delito	1236
11.3. Conduta	1218	17.3. Conduta	1236
11.4. Voluntariedade	1219	17.4. Voluntariedade	1238
11.5. Consumação e tentativa	1219	17.5. Consumação e tentativa	1238
11.6. Majorante	1220	17.6. Ação penal	1238
11.7. Ação penal	1220	17.7. Princípio da especialidade	1239
11.8. Princípio da especialidade	1220	18. Arrebatamento de preso	1239
12. Favorecimento pessoal	1221	18.1. Considerações iniciais.....	1239
12.1. Considerações iniciais.....	1221	18.2. Sujeitos do delito	1239
12.2. Sujeitos do delito	1221	18.3. Conduta	1239
12.3. Conduta	1221	18.4. Voluntariedade	1240
12.4. Voluntariedade	1223	18.5. Consumação e tentativa	1240
12.5. Consumação e tentativa	1224	18.6. Ação penal	1240
12.6. Escusa absolutória	1224	18.7. Princípio da especialidade	1241
12.7. Ação penal	1225	19. Motim de presos.....	1241
12.8. Princípio da especialidade	1225	19.1. Considerações iniciais.....	1241
13. Favorecimento real	1225	19.2. Sujeitos do delito	1241
13.1. Considerações iniciais.....	1225	19.3. Conduta	1242
13.2. Sujeitos do delito	1225	19.4. Voluntariedade	1242
13.3. Conduta	1225	19.5. Consumação e tentativa	1243
13.4. Voluntariedade	1227	19.6. Ação penal	1243
13.5. Consumação e tentativa	1227	19.7. Princípio da especialidade	1243
13.6. Ação penal	1228	20. Patrocínio infiel	1243
13.7. Princípio da especialidade	1228	20.1. Considerações iniciais.....	1243
14. Introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabeleci- mento prisional.....	1228	20.2. Sujeitos do delito	1243
14.1. Considerações iniciais.....	1228	20.3. Conduta	1244
14.2. Sujeitos do crime	1230	20.4. Voluntariedade	1245
14.3. Conduta	1230	20.5. Consumação e tentativa	1245
14.4. Voluntariedade	1231	21. Patrocínio simultâneo ou tergiversação ..	1245
14.5. Consumação e tentativa	1231		
14.6. Ação penal	1231		
15. Exercício arbitrário ou abuso de poder ...	1232		
16. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.....	1232		
16.1. Considerações iniciais.....	1232		
16.2. Sujeitos do delito	1233		
16.3. Conduta	1233		
16.4. Voluntariedade	1234		
16.5. Consumação e tentativa	1235		
16.6. Qualificadoras.....	1235		
16.7. Ação penal	1236		
16.8. Princípio da especialidade	1236		
17. Evasão mediante violência contra pessoa	1236		
17.1. Considerações iniciais.....	1236		
17.2. Sujeitos do delito	1236		
17.3. Conduta	1236		
17.4. Voluntariedade	1238		
17.5. Consumação e tentativa	1238		
17.6. Ação penal	1238		
17.7. Princípio da especialidade	1239		
18. Arrebatamento de preso	1239		
18.1. Considerações iniciais.....	1239		
18.2. Sujeitos do delito	1239		
18.3. Conduta	1239		
18.4. Voluntariedade	1240		
18.5. Consumação e tentativa	1240		
18.6. Ação penal	1240		
18.7. Princípio da especialidade	1241		
19. Motim de presos.....	1241		
19.1. Considerações iniciais.....	1241		
19.2. Sujeitos do delito	1241		
19.3. Conduta	1242		
19.4. Voluntariedade	1242		
19.5. Consumação e tentativa	1243		
19.6. Ação penal	1243		
19.7. Princípio da especialidade	1243		
20. Patrocínio infiel	1243		
20.1. Considerações iniciais.....	1243		
20.2. Sujeitos do delito	1243		
20.3. Conduta	1244		
20.4. Voluntariedade	1245		
20.5. Consumação e tentativa	1245		
21. Patrocínio simultâneo ou tergiversação ..	1245		

21.1. Considerações gerais	1246	2.5. Consumação e tentativa	1258
22. Ação penal (Patrocínio infiel e Patrocínio simultâneo ou tergiversação)	1246	2.6. Crimes assemelhados	1259
23. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	1247	2.7. Ação penal	1260
23.1. Considerações iniciais.....	1247	3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	1260
23.2. Sujeitos do delito	1247	3.1. Considerações iniciais.....	1260
23.3. Conduta	1247	3.2. Sujeitos do delito	1260
23.4. Voluntariedade	1248	3.3. Conduta	1260
23.5. Consumação e tentativa	1248	3.4. Voluntariedade	1261
23.6. Ação penal	1249	3.5. Consumação e tentativa	1261
23.7. Princípio da especialidade	1249	3.6. Ação penal	1262
24. Exploração de prestígio.....	1249	4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	1262
24.1. Considerações iniciais.....	1249	4.1. Considerações iniciais.....	1262
24.2. Sujeitos do delito	1249	4.2. Sujeitos do delito	1263
24.3. Conduta	1250	4.3. Conduta	1263
24.4. Voluntariedade	1251	4.4. Voluntariedade	1265
24.5. Consumação e tentativa	1251	4.5. Consumação e tentativa	1265
24.6. Majorante de pena	1251	4.6. Ação penal	1265
24.7. Ação penal	1252	5. Ordenação de despesa não autorizada ...	1265
24.8. Princípio da especialidade	1252	5.1. Considerações iniciais.....	1265
25. Violência ou fraude em arrematação judicial.....	1252	5.2. Sujeitos do delito	1265
25.1. Considerações iniciais.....	1252	5.3. Conduta	1266
25.2. Sujeitos do delito	1252	5.4. Voluntariedade	1267
25.3. Conduta	1252	5.5. Consumação e tentativa	1267
25.4. Voluntariedade	1253	5.6. Ação penal	1267
25.5. Consumação e tentativa	1253	6. Prestação de garantia graciosa	1267
25.6. Ação penal	1253	6.1. Considerações iniciais.....	1268
26. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	1253	6.2. Sujeitos do delito	1268
26.1. Considerações iniciais.....	1254	6.3. Conduta	1268
26.2. Sujeitos do delito	1254	6.4. Voluntariedade	1269
26.3. Conduta	1254	6.5. Consumação e tentativa	1269
26.4. Voluntariedade	1255	6.6. Ação penal	1269
26.5. Consumação e tentativa	1255	7. Não cancelamento de restos a pagar	1269
26.6. Ação penal	1255	7.1. Considerações iniciais.....	1270
26.7. Princípio da especialidade	1255	7.2. Sujeitos do delito	1270
		7.3. Conduta	1270
		7.4. Voluntariedade	1271
		7.5. Consumação e tentativa	1271
		7.6. Ação penal	1271
		8. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	1271
		8.1. Considerações iniciais.....	1271
		8.2. Sujeitos do delito	1272
		8.3. Conduta	1272
		8.4. Voluntariedade	1273

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS 1256

1. Introdução	1256
2. Contratação de operação de crédito	1256
2.1. Considerações iniciais.....	1256
2.2. Sujeitos do delito	1257
2.3. Conduta	1257
2.4. Voluntariedade	1258

8.5. Consumação e tentativa	1273	2.6. Ação penal	1305
8.6. Ação penal	1273	2.7. Direito intertemporal.....	1305
9. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	1273	3. Espionagem	1305
9.1. Considerações iniciais.....	1274	3.1. Considerações iniciais.....	1306
9.2. Sujeitos do delito.....	1274	3.2. Sujeitos do crime	1307
9.3. Conduta	1274	3.3. Conduta	1307
9.4. Voluntariedade	1275	3.4. Voluntariedade	1315
9.5. Consumação e tentativa	1275	3.5. Consumação e tentativa	1315
9.6. Ação penal	1275	3.6. Qualificadora	1316
		3.7. Causas de exclusão da tipicidade ..	1317
		3.8. Ação penal	1318
		3.9. Direito intertemporal.....	1318
TÍTULO XII			
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	1277	CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1320
1. A natureza jurídica dos crimes contra o estado democrático de direito (ou por que na democracia não há presos políticos).....	1277	1. Abolição violenta do estado democrático de direito.....	1320
1.1. O ocaso das leis de segurança nacional	1277	1.1. Considerações iniciais.....	1320
1.2. Na democracia, os crimes do Título XII do Código Penal não são políticos	1279	1.2. Sujeitos do crime	1321
1.2.1. Breves apontamentos sobre a noção de crime político	1280	1.3. Conduta	1321
1.2.2. Crimes políticos e sua dependência do contexto não democrático.....	1283	1.4. Voluntariedade	1323
1.2.3. Conclusão: só há presos políticos em ditaduras	1292	1.5. Consumação e tentativa	1323
		1.6. Ação penal	1323
		1.7. Direito intertemporal.....	1323
		2. Golpe de estado.....	1327
		2.1. Considerações iniciais.....	1327
		2.2. Sujeitos do crime	1327
		2.3. Conduta	1327
		2.4. Voluntariedade	1328
		2.5. Consumação e tentativa	1328
		2.6. Ação penal	1329
		2.7. Direito intertemporal.....	1329
CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL	1293	CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL.....	1330
1. Atentado à soberania.....	1293	1. Interrupção do processo eleitoral	1330
1.1. Considerações iniciais.....	1293	1.1. Considerações iniciais.....	1330
1.2. Sujeitos do crime	1294	1.2. Sujeitos do crime	1331
1.3. Conduta	1295	1.3. Conduta	1331
1.4. Voluntariedade	1299	1.4. Voluntariedade	1331
1.5. Consumação e tentativa	1299	1.5. Consumação e tentativa	1332
1.6. Majorante	1300	1.6. Ação penal	1332
1.7. Ação penal	1301	2. Comunicação enganosa em massa.....	1332
1.8. Direito intertemporal.....	1301	2.1. Considerações iniciais.....	1332
2. Atentado à integridade nacional	1302	3. Violência política.....	1333
2.1. Considerações iniciais.....	1303		
2.2. Sujeitos do crime	1303		
2.3. Conduta	1303		
2.4. Voluntariedade	1304		
2.5. Consumação e tentativa	1304		

3.1. Considerações iniciais.....	1333
3.2. Sujeitos do crime	1336
3.3. Conduta	1336
3.4. Voluntariedade	1338
3.5. Consumação e tentativa	1338
3.6. Ação penal	1338
3.7. Direito Intertemporal.....	1338
4. Ação penal privada subsidiária	1339
4.1. Considerações iniciais.....	1339

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS 1339

1. Sabotagem.....	1339
1.1. Considerações iniciais.....	1339
1.2. Sujeitos do crime	1340
1.3. Conduta	1340
1.4. Voluntariedade	1341
1.5. Consumação e tentativa	1341
1.6. Ação penal	1342
1.7. Direito intertemporal.....	1342

CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A CIDADANIA 1344

1. Atentado a direito de manifestação	1344
1.1. Considerações iniciais.....	1344

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMUNS 1344

1. Exclusão do crime	1344
2. Causas de aumento de pena	1345
3. Título XII do Código Penal e questões relacionadas aos crimes do Código Penal militar, da lei de terrorismo e da lei de segurança nacional	1346
3.1. O Título XII do CP e crimes similares do Código Penal Militar	1346
3.1.1. Tipos do Código Penal Militar e seu conflito com a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83).....	1347
3.1.2. Crimes contra o Estado Democrático de Direito cometidos por militar	1358
3.2. A ausência de qualquer reflexo do crime de sabotagem do Título XII do Código Penal na Lei de Terrorismo.....	1365
3.3. Dispositivos da Lei de Segurança Nacional sem correspondência na Lei n. 14.197/2021: casos de <i>abolitio criminis</i> ou de continuidade normativa-típica	1366

BIBLIOGRAFIA..... 1371

ÍNDICE DE PERGUNTAS

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	45
<input checked="" type="checkbox"/> Quando se inicia a vida extrauterina?	49
<input checked="" type="checkbox"/> Quando se inicia o parto?	49
<input checked="" type="checkbox"/> O agente que, sabendo ser portador do vírus HIV, oculta a doença da parceira e com ela mantém conjunção carnal, pratica qual crime?.....	53
<input checked="" type="checkbox"/> A vingança é motivo torpe?	60
<input checked="" type="checkbox"/> O homicídio praticado contra guardas civis (municipais ou metropolitanos) está abrangido na qualificadora do inciso VII do § 2º do art. 121?	68
<input checked="" type="checkbox"/> E o homicídio praticado contra agentes de segurança viária, está no âmbito da qualificadora?.....	68
<input checked="" type="checkbox"/> E quanto ao homicídio praticado contra agentes de polícia do Congresso Nacional, pode-se afirmar que atrai a qualificadora?	68
<input checked="" type="checkbox"/> No caso de homicídio qualificado-privilegiado surge uma pergunta: o crime será hediondo?.	76
<input checked="" type="checkbox"/> Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o “grupo” de extermínio ou a milícia privada? ...	77
<input checked="" type="checkbox"/> Quando um grupo de extermínio (ou milícia privada) promove matança, os agentes respondem somente por homicídio majorado (art. 121, § 6º) ou em concurso com o delito de formação de tais grupos criminosos (art. 288-A)?.....	78
<input checked="" type="checkbox"/> A conduta daquele que limpa arma carregada próximo de crianças, vindo, acidentalmente, a acioná-la e matar o infante, seria um caso de negligência ou imprudência? O médico responsável pela morte de seu paciente em consequência de uma intervenção cirúrgica que ele empreende sem perfeito domínio da técnica configura imperícia ou negligência?	79
<input checked="" type="checkbox"/> Pode figurar como vítima do feminicídio pessoa transexual?.....	87
<input checked="" type="checkbox"/> De quem é a competência para o sumário da culpa no feminicídio?.....	91
<input checked="" type="checkbox"/> Que crime estaria caracterizado no caso daquele que induziu ou instigou o ofendido ao suicídio e no momento culminante do ato acabou interferindo na sua execução?	102
<input checked="" type="checkbox"/> Existindo um sobrevivente, pergunta-se: foi ele quem abriu a válvula de gás?	109
<input checked="" type="checkbox"/> Para que incida a majorante do art. 127 do CP não é indispensável que o aborto se consuma. Basta que a gestante sofra lesão grave ou que venha a morrer. Essa conclusão decorre do próprio texto da lei, que determina o acréscimo quando as lesões graves ou a morte constituem consequências do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo. Neste caso, o agente responderá por tentativa de aborto qualificado? Seria uma exceção à regra de que não cabe tentativa em crime preterdoloso?	125
<input checked="" type="checkbox"/> No crime de perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP), como tratar a situação em que da prática do ato de libidinagem ocorre o contágio da vítima, resultado que não faz parte da vontade do agente?	165
<input checked="" type="checkbox"/> Agente que, buscando apenas amedrontar o seu desafeto, contra ele atira com arma de fogo, expondo a sua vida a risco real e concreto, por qual crime responde?.....	170

<input checked="" type="checkbox"/>	Se a morte do periclitante for inevitável, responderá o agente pela omissão do comportamento devido, apesar de este não ter a capacidade de evitar o resultado danoso?.....	183
<input checked="" type="checkbox"/>	E se a exigência ocorrer num atendimento de urgência (e não de emergência)?.....	187
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se concurso de crimes?.....	203
<input checked="" type="checkbox"/>	Imputar a pessoa jurídica fatos criminosos sabidamente inverídicos, capazes de abalar o seu crédito e a confiança exigida pelo mercado, configura calúnia?.....	205
<input checked="" type="checkbox"/>	A autocalúnia é punida?.....	206
<input checked="" type="checkbox"/>	A autoinjúria é crime?	216
<input checked="" type="checkbox"/>	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	221
<input checked="" type="checkbox"/>	É cabível o perdão judicial (§ 1º) na injúria qualificada por preconceito?.....	225
<input checked="" type="checkbox"/>	Para a configuração da majorante do art. 141, III, computa-se a vítima do crime contra a honra?	227
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível constranger ilegalmente alguém por meio da omissão?.....	243
<input checked="" type="checkbox"/>	Sabendo-se que a ação penal do rapto era, em regra, de iniciativa privada, e a do sequestro qualificado pela finalidade libidinosa, pública incondicionada, com a alteração trazida pela Lei 11.106/05, devem os fatos ser descritos em queixa-crime, oferecida pela vítima, ou em denúncia, proposta pelo Ministério Público?	278
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificado expressamente pelo Código como crime contra a liberdade individual, de quem é a competência para o processo e julgamento do crime de redução a condição análogo à de escravo?.....	280
<input checked="" type="checkbox"/>	O consentimento do ofendido exclui o crime de tráfico de pessoas?.....	287
<input checked="" type="checkbox"/>	A invasão de redes sociais pode caracterizar o crime do art. 154-A do CP?.....	330
<input checked="" type="checkbox"/>	Se o agente invade o computador da vítima para descobrir sua senha e subtrai valores de sua conta bancária, pratica qual crime?	333

TÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 337

<input checked="" type="checkbox"/>	O proprietário, subtraindo coisa sua que se encontra na legítima posse de terceiro, pratica qual infração penal?.....	338
<input checked="" type="checkbox"/>	A subtração de objetos deixados dentro de uma sepultura configura qual crime?	341
<input checked="" type="checkbox"/>	O furto famélico (para saciar a fome) é crime?.....	342
<input checked="" type="checkbox"/>	Nelson Hungria formula a seguinte hipótese, comum na prática: o indivíduo, visando “surrupiar” dinheiro do bolso da calça de transeunte, se depara com a algibeira vazia. Haverá, no caso, tentativa punível ou crime impossível (art. 17 do CP)?.....	343
<input checked="" type="checkbox"/>	A instalação de sistema de vigilância pode tornar impossível a consumação do furto?.....	343
<input checked="" type="checkbox"/>	O § 1º do art. 155 aumenta a pena de um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno. O que significa “repouso noturno”?	345
<input checked="" type="checkbox"/>	Sabendo que o rompimento de obstáculo para qualificar o crime há de ser exterior à coisa subtraída, lembra a doutrina que se a violência for exercida contra o próprio objeto visado não incide a qualificadora. Seguindo essa lição, temos que o rompimento do vidro do veículo constitui violência contra a própria coisa objeto da subtração, não qualificando o furto (RT 80/264). Daí surge a inevitável indagação: se destruir o vidro não qualifica o delito quando a coisa visada é o próprio veículo, será que qualifica no caso de se visar a subtração do seu aparelho de som?.....	353
<input checked="" type="checkbox"/>	Aplica-se o princípio da insignificância quando o furto é qualificado por alguma das circunstâncias do § 4º?.....	360
<input checked="" type="checkbox"/>	O que se entende por “semovente domesticável de produção” para fins do crime de furto de animal?.....	368

<input checked="" type="checkbox"/>	O sócio de fato pode cometer o crime do art. 156 do CP?	371
<input checked="" type="checkbox"/>	Como tratar o caso do agente que, por erro, subtrai coisa comum pensando ser alheia?	372
<input checked="" type="checkbox"/>	O que são valores?	382
<input checked="" type="checkbox"/>	De quem é a competência para julgar o crime de roubo cometido contra os Correios?	383
<input checked="" type="checkbox"/>	No crime de latrocínio, havendo pluralidade de vítimas numa só subtração há também pluralidade de crimes?	394
<input checked="" type="checkbox"/>	Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de extorsão mediante sequestro?	405
<input checked="" type="checkbox"/>	A supressão ou alteração de marca ou sinal indicativo de propriedade em um único animal pertencente ao rebanho configura o crime do art. 162 do CP?	421
<input checked="" type="checkbox"/>	O condômino pode praticar o crime de dano?	423
<input checked="" type="checkbox"/>	Fazer desaparecer, dolosamente, um pássaro doméstico da vigilância do seu dono configura dano?	424
<input checked="" type="checkbox"/>	Essa discussão não é meramente acadêmica, apresentando real interesse prático. Por exemplo, preso que danifica a cela para fugir pratica o crime?	425
<input checked="" type="checkbox"/>	Constitui o crime de dano contra o patrimônio da União a conduta de carimbar ou inserir imagens ou inscrições em cédulas de papel-moeda?	429
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível apropriação indébita de coisa fungível?	436
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se o princípio da insignificância no crime de apropriação indébita?	438
<input checked="" type="checkbox"/>	Será que todas as hipóteses são alcançadas pela majorante em estudo?	438
<input checked="" type="checkbox"/>	A fraude bilateral (má-fé do agente e da vítima) exclui o crime?	464
<input checked="" type="checkbox"/>	O denominado “estelionato judicial” se insere no art. 171 do CP?	465
<input checked="" type="checkbox"/>	Quando o agente, mediante engodo, consegue obter da vítima, não dinheiro ou coisa de valor econômico imediato, mas um título de crédito (ex.: nota promissória ou um cheque), tem-se crime consumado ou tentado?	468
<input checked="" type="checkbox"/>	Emissão de cheque sem fundos para pagamento de dívida de jogo configura o crime?	477
<input checked="" type="checkbox"/>	O que se deve entender por pequeno valor?	478
<input checked="" type="checkbox"/>	O privilégio, no crime de estelionato, aplica-se somente ao “caput” do art. 171 do CP, ou também às formas equiparadas trazidas no parágrafo seguinte (§ 2º)?	478
<input checked="" type="checkbox"/>	A fraude configuradora do crime do art. 179 do CP pode ocorrer a qualquer tempo ou pressupõe processo civil já está instaurado (em fase de execução ou cognitiva)?	529
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe receptação (própria ou imprópria) de coisa produto de ato infracional?	534
<input checked="" type="checkbox"/>	Pergunta-se: é possível receptação qualificada privilegiada?	542
<input checked="" type="checkbox"/>	A escusa absolutória é aplicável também na união estável e no contrato de namoro?	548
<input checked="" type="checkbox"/>	Aplicam-se as escusas absolutórias na violência patrimonial cometida contra a mulher no âmbito doméstico e familiar?	551

TÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL 557

TÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 571

<input checked="" type="checkbox"/>	Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de boicotagem violenta?	575
<input checked="" type="checkbox"/>	O médico que continua a exercer a profissão após ter sua inscrição cancelada no Conselho Federal de Medicina pratica o delito do art. 205 (exercício e atividade com infração de decisão administrativa) ou do art. 282 (exercício ilegal da medicina)?	589
<input checked="" type="checkbox"/>	Por fim, indaga-se: qual o sentido do termo trabalhadores?	591

TÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS..... 595

TÍTULO VI
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL- 611

- Qual o tratamento jurídico para o denominado “stealthing”? 619
- A prática de conjunção carnal seguida de atos libidinosos (sexo anal, por exemplo) gera pluralidade de delitos?..... 621
- É possível assédio sexual praticado por professor em face de aluno? De bispo para com o sacerdote?..... 634
- Existe o crime de assédio sexual se o empregador constrange sua subalterna para favorecer sexualmente seu filho (do empregador)?..... 635
- De quem é a competência para julgar o crime do art. 217-A que vitima a criança ou o adolescente?..... 644
- No crime do art. 218-A do CP, exige-se a presença física (in loco) da criança ou do adolescente?..... 660
- A prostituta pode ser vítima do delito do art. 218-B?..... 664
- Há facilitação de prostituição na conduta do agente que mantém página na internet em que prostitutas anunciam seus serviços? 664
- Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima?..... 683
- Como encarar a micção em público? É crime ou indiferente penal? 707
- Sabendo que a mulher pode ser sujeito ativo de estupro, tendo um homem como vítima, haverá o aumento de pena previsto no art. 234-A do CP quando, nessa condição, engravidar? 714
- A autora do crime sexual, engravidando em face do estupro que praticou, pode abortar legalmente, nos termos do art. 128, II, do CP? 714

TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA 719

- Por fim, sabendo-se que o crime de bigamia é antecedido de declaração falsa do agente a respeito do seu estado civil no processo de habilitação, fica a pergunta: o crime de falsidade fica absorvido pelo de bigamia? 723

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA 763

- E como interpretar o uso de gás lacrimogêneo pela polícia?..... 774
- O conhecido “surf ferroviário” (jovens se equilibrando sobre a composição do trem em andamento) configura o crime do art. 260 do CP?..... 790
- O movimento de greve pode configurar o crime do art. 265 do CP? 802
- A revogação da norma sanitária retroage para tornar o fato atípico?..... 813
- O fornecimento de substância medicinal de melhor qualidade que a recebida configura o crime do art. 280 do CP?..... 841

TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA..... 853

- Apologia de crime culposo é típica? 862

- É possível uma pessoa pertencer a mais de uma associação criminosa?..... 865
- Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o grupo (no caso, organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão)?..... 872

TÍTULO X**DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 877**

- A substituição de fotografia em documento público configura o crime do art. 297 do CP? 906
- A simulação, estabelecida no Código Civil como causa de nulidade do negócio jurídico, dá ensejo à falsidade ideológica? 916
- Como caracterizar a conduta daquele que abusa do papel em branco assinado? 917
- Se o agente se irroga falsa identidade para afastar de si a responsabilidade por eventual prática criminosa, comete o crime do art. 307 do CP? 943
- A adulteração da placa de veículo semirreboque configura o crime do art. 311 do CP? 952
- A simples substituição de placas de um veículo pelas de outro (sem adulterar ou remarcar número) configura o crime?..... 954
- Qual a imputação contra o motorista que pratica homicídio culposo na direção de veículo automotor sem placas ou com as placas falsas ou adulteradas? 957

TÍTULO XI**DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 963**

- Realmente aqui a conduta do servidor se mostra ainda mais censurável, demonstrando um atrevimento incomum. Da simples leitura do parágrafo em estudo, nasce a pergunta: será que prefeitos, governadores e presidente da República, quando autores de crimes funcionais, estão inevitavelmente compreendidos na majorante? 973
- A posse abrangeria também a mera detenção? 979
- Há peculato no recebimento da remuneração pelo funcionário “fantasma”, que é nomeado, mas não comparece para trabalhar?..... 981
- Há peculato na conduta do funcionário público que, cedendo a pedido de particular, aplica-lhe vacina contra as diretrizes estabelecidas pelos órgãos administrativos superiores? 981
- Há crime de peculato quando o agente público com poder de nomeação recebe parte do salário dos funcionários nomeados? 982
- Haverá o crime de peculato culposo se o agente público negligente concorre para a prática de delito não funcional, como, por exemplo, um furto? 988
- De quem é a competência para julgar o crime de concussão cometido pelo médico servidor do SUS? 1002
- Haverá o crime de concussão quando a indevida vantagem exigida é para a própria administração pública?..... 1004
- É possível praticar corrupção passiva por omissão? 1012
- E se o funcionário, ao invés de apenas permitir o acesso ao aparelho, pessoalmente entregá-lo ou, então, deixar de retirar do preso aparelho que já está em sua posse? Pratica o crime do art. 319-A do CP?..... 1024
- Aquele que se intitula detetive particular e se dispõe a fazer “investigações” pratica o delito de usurpação de função pública? 1047
- Nos termos do disposto no § 2º, as penas do artigo 329 do CP são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência (lesão corporal ou homicídio). Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material? 1053

<input checked="" type="checkbox"/>	Comete crime de desobediência o motorista que descumpre a ordem de parada?.....	1058
<input checked="" type="checkbox"/>	Sabe-se que o STF consolidou o entendimento de que a constituição definitiva do crédito tributário, nos crimes materiais contra a ordem tributária, é condição para a tipicidade (súmula vinculante nº 24). Daí surge a questão: isso se estende ao descaminho? A resposta pressupõe a solução de outra indagação: o descaminho é crime formal ou material?.....	1082
<input checked="" type="checkbox"/>	Instalou-se a dúvida: a análise da insignificância devia considerar a Lei 10.522/02 (R\$ 10.000,00) ou a Portaria 75/12 (R\$ 20.000,00)?.....	1085
<input checked="" type="checkbox"/>	Uma sucessão de normas sobre o assunto, além de causar o cancelamento da Súmula 560 do STF (“a extinção da punibilidade, pelo pagamento do tributo devido, estende-se ao crime de contrabando ou descaminho, por força do art. 18, § 2º, do Decreto-lei 157/67”), provocou séria dúvida na doutrina e na jurisprudência: será que o recolhimento oportuno do tributo sonegado extingue a punibilidade do delito de descaminho?	1091
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se o princípio da insignificância no contrabando?.....	1094
<input checked="" type="checkbox"/>	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1099
<input checked="" type="checkbox"/>	E se houver o pagamento da contribuição social sonegada posterior à ação fiscal, porém antes do recebimento da denúncia?	1111
<input checked="" type="checkbox"/>	Será possível a denúncia caluniosa contra os mortos?	1179
<input checked="" type="checkbox"/>	O propósito de autodefesa exclui o crime de denúncia caluniosa?.....	1181
<input checked="" type="checkbox"/>	Comunicação falsa de crime (ou contravenção) perante policiais militares configura o ilícito em estudo?.....	1185
<input checked="" type="checkbox"/>	Surge então a inevitável pergunta: a comunicação falsa será absorvida pelo estelionato ou o agente responderá pelos dois crimes, em concurso?.....	1186
<input checked="" type="checkbox"/>	O crime do art. 342 admite o concurso de agentes?	1193
<input checked="" type="checkbox"/>	Mas, que é a verdade?	1193
<input checked="" type="checkbox"/>	Processo anulado faz desaparecer falso testemunho?	1194
<input checked="" type="checkbox"/>	De quem é a competência para julgar o falso testemunho cometido em depoimento prestado na Justiça Eleitoral, na Justiça do Trabalho e na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios?....	1198
<input checked="" type="checkbox"/>	A lei, referindo-se a sentença, fomenta a dúvida: será a de primeira instância ou a definitiva? .	1200
<input checked="" type="checkbox"/>	Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material?	1208
<input checked="" type="checkbox"/>	De quem é a competência para julgar o crime de coação no curso do processo cometido no âmbito da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho?.....	1208
<input checked="" type="checkbox"/>	E se o agente foi absolvido por falta de provas, aquele que o auxiliou a subtrair-se da ação da autoridade responde pelo favorecimento pessoal?.....	1222
<input checked="" type="checkbox"/>	Mas qual será o número mínimo de presos em levante para configurar o delito do art. 354 do CP?.....	1241

TÍTULO XII

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	1277
---------------------------------------------------------------	-------------